

Diário do Legislativo de 18/11/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 194ª Reunião Ordinária

1.3 - 110ª Reunião Especial

1.4 - 117ª Reunião Extraordinária

1.5 - 118ª Reunião Extraordinária

1.6 - 41ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

1.7 - 42ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

1.8 - 43ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 17/11/2000

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Arlen Santiago - Fábio Avelar - Irani Barbosa - João Paulo.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 20, às 20 horas.

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Miguel Martini

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 1.745 a 1.747/2000 - Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Tadeu Leite e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho e de Saúde - Comunicações Não Recebidas: Comunicações do Deputado Bilac Pinto (2) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Ivair Nogueira, João Leite, Miguel Martini e Carlos Pimenta - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Tadeu Leite e outros; deferimento - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Adelino de Carvalho - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Rêmolo Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- A Deputada Maria Olívia, 1ª-Secretária "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Dos Srs. Newton Cardoso, Vice-Governador do Estado; Marcos Pereira Cardoso, Cônsul Honorário do Paraguai, e Victor Motta, Coordenador-Geral do Sistema FIEMG, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem a D. João de Rezende Costa.

Do Sr. Sérgio Oliveira, Presidente da Assembléia Legislativa do Acre, solicitando lhe seja enviada a legislação estadual referente ao meio ambiente.

Do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas, encaminhando cópia de termo aditivo ao Convênio nº 21/00, que tem por objetivo a implantação da área industrial do Município de Careçu. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, prestando informações solicitadas por meio do Requerimento nº 1.536/2000, da Comissão Especial do Micro Geraes.

Do Sr. Marcelo Resende de Souza, Superintendente-Geral Fundiário do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER-MG -, encaminhando relação de processos relativos a terras devolutas a serem legitimadas. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da CEF, comunicando liberação de recursos financeiros destinados ao Estado, referentes às parcelas dos contratos relacionados, assinados com esse órgão, com recursos do orçamento geral da União para 1997 e 1998. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Francisco de Salles Lopes, Presidente da BELOTUR, agradecendo o convite para a reunião em homenagem ao IPSEMG pelos seus 88 anos de criação.

Do Sr. Gilberto Pereira Xavier, Coordenador-Geral de Administração e Finanças substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq -, em atendimento a solicitação expressa no Ofício nº 1.925/2000/DLE, encaminhando cópia de ofício desse órgão, datado de 27/10/99, em que consta síntese do parecer emitido por seu Comitê Consultivo, autorizando a importação de bens para a FUNED. (- À CPI da Saúde.)

Do Sr. Ubaldo Severino Franco, Presidente do Sindicato Rural de Santa Vitória, cientificando este Poder dos prejuízos que o Município de Santa Vitória vem sofrendo com a invasão de sem-terras e manifestando preocupação diante das ameaças de novas invasões e de seqüestro de maquinários, em vista do que solicita que este Poder permaneça alerta a fim de se evitarem episódios com conseqüências desastrosas. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Roberto Vedovato, Presidente da Fiat do Brasil S.A., agradecendo manifestação de congratulações, proposta pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por meio do Requerimento nº 1.591/2000.

TELEGRAMAS

Do Sr. Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, agradecendo o convite para o debate público sobre dependência química e currículos escolares. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Homero Santos, Ministro do Tribunal de Contas da União, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 90 anos de D. João de Rezende Costa.

Do Sr. Marcello Siqueira, Presidente da COPASA-MG, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 88 anos de criação do IPSEMG.

Do Sr. J. P. Couto, Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.614/2000, do Deputado Dimas Rodrigues (análise técnica do alho importado), que o assunto foi submetido ao exame da Secretaria de Defesa Agropecuária desse Ministério.

CARTÕES

Do Sr. Mauro Santos Ferreira, Secretário do Planejamento, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao IPSEMG.

Do Vereador Cesar Masci, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à CDL-BH.

Do Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende, Diretor Presidente da CEASA-MG, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher.

Da Profa. Ises Maria Gomes Cintra, Diretora da 16ª SRE, agradecendo o convite para o fórum técnico sobre o tema "Seguridade Social do Servidor Público Estadual".

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 1.745/2000, da Comissão de Saúde, solicitando seja formulado apelo ao Ministro da Saúde com vistas à inclusão de recursos para conclusão das obras do Hospital Regional de Janaúba no orçamento da União.

Nº 1.746/2000, da Comissão de Saúde, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com todos os dentistas pela passagem do Dia do Dentista. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 1.747/2000, da Deputada Maria Olívia, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o Sr. Josemar Gimenez por ter tomado posse como Diretor de Redação do "Estado de Minas". (- À Comissão de Transportes.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Tadeu Leite e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho e de Saúde.

Comunicações Não Recebidas

- A Mesa deixa de receber, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, as seguintes comunicações:

COMUNICAÇÕES

Do Deputado Bilac Pinto, dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Edith Paganelli Carneiro Rodrigues, ocorrido em 8/10/2000, em Lambari. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Alberto Pinto Coelho.)

Do Deputado Bilac Pinto, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. José Rochman, ocorrido em 8/10/2000, em Belo Horizonte. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pela Deputada Maria Olívia.)

Oradores Inscritos

- Os Deputados Ivair Nogueira, João Leite, Miguel Martini e Carlos Pimenta proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde - aprovação, na 47ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 898/2000, do Deputado José Milton; e do Trabalho - aprovação, na 48ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 1.060/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.065/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.081/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.115/2000, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.128/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, e 1.181/2000, do Deputado Sebastião Costa; e dos Requerimentos nºs 1.722/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.724/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.728/2000, do Deputado Fábio Avelar (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 799/2000, uma vez que a Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer; e defere, ainda, deixando para fixar a data em outra oportunidade, requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite e outros, em que solicita a realização de reunião especial destinada a debate sobre os 70 anos da Revolução de 1930.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Gostaria de dizer, a respeito do pronunciamento do Deputado Carlos Pimenta, que estamos vivendo realmente uma situação inusitada. Durante quase dois anos, nesta Assembléia, vimos a denúncia permanente a respeito do neoliberalismo. Vemos, agora, essa mensagem que o Governador envia para esta Casa, falando a todo momento em máquina enxuta, em diminuir os custos do Estado.

Temos notícia de que a Secretaria de Abastecimento está abrindo licitação para academia. A Secretaria de Abastecimento de Belo Horizonte, Sr. Presidente, está concedendo um espaço no mercado do Cruzeiro para uma academia de ginástica. Vejam só: um espaço público destinado a uma academia de ginástica para a população do Bairro Cruzeiro frequentar. Isso vai beneficiar, claro, aquela população tão necessitada de exercícios. Isso, para mim, é um verdadeiro neoliberalismo. Estamos acompanhando isso por meio do Governador. E a Secretaria de Abastecimento trata, agora, das academias e dos exercícios por parte da população da Zona Sul de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 17, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 110ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/11/2000

Presidência do Deputado Anderson Aduino

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Palavras do Sr. Renato Barros - Palavras do Dr. João Diniz Pinto Júnior - Apresentação Musical - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Glycon Terra Pinto - João Paulo - José Henrique - José Milton - Marco Régis - Maria Olívia e Sargento Rodrigues.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. João Diniz Pinto Júnior, Presidente do IPSEMG; José Augusto Braga, Secretário-Geral do IPSEMG; Cel. Médico Gelson Rubem Alves de Almeida, representando o Comandante-Geral da PMMG, Cel. Mauro Lúcio Gontijo; Oswaldo Fortini, Diretor de Saúde do IPSEMG; Maurício José de Carvalho, Diretor de Previdência do IPSEMG; Renato Barros, Coordenador da Frente Contra a Destruição do Serviço Público e Diretor da Coordenação Sindical; Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e Fernando Alves, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto de Previdência do Servidor do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -, pelos seus 88 anos de criação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral do IPSEMG, sob a regência da maestrina Karina Haddad.

- Procede à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Durval Ângelo

Exmos. Srs. Deputado Anderson Aduino, João Diniz Pinto Júnior, Prof. José Augusto Braga, Cel.-Médico Gelson Rubem Alves de Almeida, Oswaldo Fortini, Maurício José de Carvalho, Renato Barros, Fernando Alves, colegas, companheiros e companheiras no serviço público, minhas senhoras e meus senhores, a reunião desta noite - realizada em atenção a requerimento de nossa autoria, para homenagear o IPSEMG pelos seus 88 anos de criação - foi precedida neste mesmo Plenário, horas atrás, em feliz e significativa coincidência, de um fórum técnico promovido para debater a questão da seguridade do servidor público.

Ambos os eventos se inserem no âmbito da função político-parlamentar desta Casa, confirmando que não negligenciamos a questão da seguridade social. De um lado, trabalhamos sobre o novo contexto que se apresenta ao servidor em decorrência da reforma constitucional; de outro, homenageamos o órgão que se transformou, para o funcionalismo mineiro - por força de lei e pelo notável desempenho -, em seu agente previdenciário por excelência.

Ao ser criada pela Lei nº 588, de 6/9/12, com a denominação de Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos de Minas Gerais, a entidade - em coerência com seus objetivos oficiais - tinha uma missão: contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, de acordo com os princípios da seguridade social, promovendo a preservação da saúde e da assistência previdenciária, atentando para a evolução social, econômica e política.

Essa missão se delineou quase nove décadas atrás, inspirada no conceito do estado social que se fortalecia no alvorecer do século. Belo Horizonte havia sido instalada oficialmente como Capital poucos anos antes, e a cidade-menina era receptiva às idéias novas e às iniciativas válidas. Não admira, portanto, que nascesse o IPSEMG, mas é sempre admirável que

o órgão se tenha notabilizado, ao longo do tempo, por nunca se desviar do louvável objetivo a que originalmente se propusera.

Também o pioneirismo foi uma das características na criação de nosso homenageado. Não nos podemos esquecer de que só muitos anos depois, nos anos 30, no Estado Novo de Getúlio Vargas, é que surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho. Foi nessa época que, por mérito de um governo de exceção, pensões e assistência médica foram formalmente garantidas ao trabalhador brasileiro em geral. Muitos anos antes, no entanto, o IPSEMG já entre nós o fazia.

Hoje, a realidade do mundo e do País mudou. Enquanto os chamados países desenvolvidos fizeram acompanhar o progresso técnico-científico por correspondentes avanços na área social, o Brasil experimentou uma regressão que chega a ser irônica: as conquistas da CLT, originalmente referendadas por uma ditadura, estão sendo gradualmente solapadas por um governo que se diz democrático, mas que se aferra ao neoliberalismo para nos impor - isso, sim - uma feroz ditadura econômica.

Nesse panorama que nos poderia levar ao generalizado desânimo, são exemplos como o do IPSEMG que não nos fazem desistir. Com frequência, os governantes que anteriormente se sucederam no Palácio da Liberdade se empenharam em debilitar a previdência social do funcionalismo mineiro. A retenção de suas receitas - incorporadas ao caixa único do Estado e destinadas, muitas vezes, à cobertura de despesas espúrias - não foi um acontecimento isolado. A interferência indevida na administração do órgão, por parte do Executivo, não foi infrequente. O enfraquecimento da representatividade dos servidores no corpo do órgão foi quase uma constante. As anomalias levaram à crise inevitável, a tal ponto que - não de se lembrar disso em passado recente - cogitou-se da extinção do Instituto. A idéia foi insistentemente veiculada - em função de interesses velados e sempre contrários aos servidores - mas, graças à reação dos mineiros, não seguiu adiante.

Não vamos nos estender no malfadado episódio, mas lembraremos que o Governo Federal, ao lançar o projeto de reforma do Estado, fez nele incluir a privatização da seguridade social. A estratégia consistia em sucatear os institutos de previdência estaduais e municipais, subtraindo-lhes a autonomia financeira para depois privatizá-los. Os líderes do funcionalismo mineiro entenderam o recado, formando-se, então, a Frente Contra a Destruição do Serviço Público, objetivando evitar a privatização do nosso Instituto. O trabalho rendeu frutos, e a ameaça que pesava sobre a entidade foi afastada.

Por isso, temos na Mesa vários companheiros de luta, criadores dessa Frente Contra a Destruição do Serviço Público. Nós, enquanto Bancada do PT, num bloco de oposição, com o PMDB, na época liderado pelo Deputado Anderson Aduato, apoiamos esse movimento realizado por aquela Frente.

Hoje, ao comemorar o 88º aniversário de fundação do IPSEMG, o fazemos com a constatação de que o órgão passou por autêntico trabalho de reconstrução. Qual fênix renascendo das cinzas, nosso homenageado reergueu-se, sem nunca ter permitido que o levassem ao fundo: afinal, nesses exatos 88 anos, foi a fonte de subsistência de tantas viúvas e dependentes de servidores humildes; foi o recurso médico único e eficiente para milhares de funcionários e de suas famílias. Não nos esqueçamos de que o tradicional Hospital da Previdência - onde nasceram três filhos meus - foi e continua sendo protótipo de bom atendimento hospitalar. Enfim, em que pese à escassez de recursos e às forças adversas ao princípio social, nosso Instituto desincumbiu-se, e com êxito, de sua difícil tarefa.

Nos dias que correm, a estrutura em operação e os dados estatísticos confirmam a excelência de seu trabalho e a positiva reconstrução a que acima aludimos. No ápice da pirâmide, temos o Conselho Diretor, como ente de conotação executiva, coexistindo com o Conselho de Beneficiários, que representa o funcionalismo. A Presidência é secundada por um gabinete de assessoria e pelas Secretaria e Auditoria Gerais.

Afirmo que esse reconhecimento não é só meu, mas de muitos colegas Deputados. Hoje, como é um dos melhores e mais eficientes órgãos, até os Deputados recorrem ao IPSEMG.

"Como órgãos de sustentação, temos a Diretoria de Previdência e a Diretoria de Saúde. Essa é a estrutura básica do órgão, em que o princípio do colegiado sobrepõe-se à mera dependência administrativa, dinamizando e tornando plenamente eficaz a atuação previdenciária.

Em termos de benefícios, o Instituto desenvolve intenso trabalho de assistência médico-social e odontológica, a par da formação de pecúlios, da manutenção de seguros e da concessão de auxílios, empréstimos, aposentadorias e pensões.

Pedimos vênias, também, para citar alguns números que atestam a pujança do nosso homenageado: o Instituto conta cerca de 2 milhões de beneficiários, estando presente em 668 municípios mineiros, por meio de unidades próprias e profissionais credenciados; o órgão atende a 40 mil pensionistas; em Belo Horizonte, estão a sede administrativa, o Hospital Governador Israel Pinheiro, a Superintendência Odontológica e o Ambulatório Médico Dr. Dario de Faria Tavares; no interior do Estado, operam 25 centros regionais, 59 agências e 126 postos de atendimento, em convênio com Prefeituras; a rede de profissionais e serviços credenciados no interior abrange 181 hospitais, 381 laboratórios, 22 clínicas, 3.692 dentistas e 2.948 médicos.

Convenhamos que são dados extraordinariamente significativos, que comprovam o renascimento e a indiscutível utilidade pública de nosso homenageado.

Por isso, as garras dessa sanha neoliberal privatista vê, num Instituto como esse, algo importante para desaguar o capital financeiro internacional para novos investimentos. Não permitiremos isso.

Esta Assembléia será uma barreira contra isso. Os servidores organizados, em conjunto com a diretoria democraticamente indicada, não permitirão que isso aconteça.

Um mergulho na história nos mostra que foi a Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, a grande impulsionadora da doutrina social-previdenciária. O advento da máquina e sua utilização na indústria levou, num primeiro momento, à exploração do trabalhador. O exemplo clássico é o da Grã-Bretanha - a orgulhosa potência que se gabava das conquistas políticas, mas que, de outra parte, favorecia o sistema de castas e menosprezava a igualdade de direitos. Era o quadro constrangedor em que crianças, mulheres e idosos trabalhavam nas fábricas durante jornadas infundáveis, com salários ínfimos e com total ausência de benefícios e garantia de estabilidade, de assistência médica, de pensões e de aposentadoria. Esse sombrio panorama foi enfatizado em muitas das obras de Charles Dickens, um dos maiores escritores ingleses, que pôs a nu uma realidade que as elites procuravam ignorar.

Também foi nesse ambiente que surgiu "O Capital" e toda a reflexão sobre o socialismo histórico de Karl Marx e Engels.

Foi então numa época que se convencionou chamar Era Vitoriana que se consolidou a consciência social sobre a iniquidade do sistema. Daí à formação da doutrina previdenciária foi um passo. Hoje, as nações que se reconhecem realmente civilizadas registram extraordinários avanços na área. Pena é, como já dissemos, que o Brasil não tenha acompanhado essa tendência com igual afinco. Aqui, os interesses contrários à previdência social pública pretendem que seja uma forma de paternalismo por parte do Estado. É um argumento evado de sofisma que não pode invalidar uma das maiores conquistas da humanidade.

Podemos e devemos, no entanto, modificar essa realidade de nosso País. Uma maneira de contribuir para essa mudança é, exatamente, valorizar aquelas instituições que, a duras penas, levam adiante entre nós o princípio previdenciário estatal. Por essa razão é que estamos hoje, em nome do povo mineiro, homenageando nesta Assembléia o IPSEMG.

Entendemos que essa grande luta na defesa do sistema previdenciário estatal é também uma luta política que tem de ter forma em cada reivindicação, em cada mobilização e no exercício do voto cidadão de cada pessoa neste Estado, de cada trabalhador.

Finalmente, gostaria de registrar que hoje a administração do IPSEMG conta com vários companheiros que conheci na luta sindical. Com o Braga, desde 1979, ainda jovem, com 19 para 20 anos, convivemos na mesma diretoria do Sindicato Único dos Trabalhadores. Com o Júnior e com outros companheiros que estão na diretoria atuamos na luta da coordenação sindical. Essa diretoria, representativa dos servidores, é um sinal claro de que os servidores têm capacidade para gerir seus interesses. Não precisam ser tutelados por ninguém.

Parabéns, IPSEMG! E recebam todos os seus dirigentes e funcionários a nossa manifestação de carinho, de apreço e de reconhecimento. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Renato Barros

Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato; companheiro Júnior, Presidente do IPSEMG; companheiros presentes à Mesa, é importante estarmos aqui comemorando os 88 anos da Previdência.

Há algum tempo estávamos nesta Casa, como foi relatado pelo companheiro Durval Ângelo, a quem louvo a iniciativa do requerimento desta homenagem feita ao IPSEMG. Estivemos, há alguns momentos, nesta Casa fazendo uma defesa veemente, quando assistimos no Estado o sucateamento que estava sendo proposto e o avanço do projeto neoliberal no País. Para nós do serviço público, quando levantamos essa bandeira, colocamos à frente que era necessário um combate veemente porque víamos caminhar no País a reforma administrativa e a reforma previdenciária, tendo, como baluarte em Minas Gerais, o sucateamento que estava sendo proposto independentemente da reforma que estava em curso, o sucateamento de nosso IPSEMG, a privatização em curso em Minas Gerais. Essa bandeira deu um grande fruto que foi estarmos resgatando esse Instituto, estarmos pressionando o Governo, expondo a necessidade de organização que têm os servidores públicos, que, naquele momento, não conheciam com profundidade o trabalho que desenvolvia o seu Instituto de Previdência. Muitas críticas eram feitas. Era necessário que pudéssemos, naquele momento, aprofundar, discutir e assumir essa bandeira de defesa de um Instituto que, ao longo dos anos, foi construído com os recursos dos servidores públicos. Essa bandeira foi fruto de uma CPI, foi fruto de um fórum técnico. Hoje louvamos esta Casa pelo segundo fórum técnico que está sendo realizado. Estamos rediscutindo parte do assunto que havíamos abordado, tendo, hoje, como fruto a Emenda nº 20, federal, neoliberal, que coloca para nós, servidores públicos, uma proposta de sucateamento. Estamos tentando fazer a inversão de valores. Hoje o próprio Governador do Estado Itamar Franco encaminhou um projeto. Ele teve, inclusive, a idéia, quando fizemos a discussão com ele, de entregar a administração do Instituto para os servidores públicos. Mas ela traz para nós hoje uma grande preocupação. Foi encaminhado a esta Casa um projeto de reforma administrativa, no qual encontra-se incluído nosso Instituto. Para nós falta uma questão que achamos ser maior, é necessária uma visão de Governo. O Instituto de Previdência deve ter uma visão de Estado, uma representação de Estado. Quando se vincula o Instituto de Previdência à Secretaria da Administração, é colocada uma visão de Governo. Isso para nós é preocupante, porque entendemos que nosso Instituto é maior e está diretamente ligado ao Governo, para que possa nele inserir as políticas públicas de previdência. Não podemos permitir que os avanços conseguidos sejam diretamente ligados à proposta do Governo em que encontramos retrocesso. Vemos nisso uma grande responsabilidade desta Casa: fazer essa inversão de valores, o que setores de Governo ainda não conseguiram perceber. Talvez o próprio Governador Itamar Franco, ao nos entregar a administração de nossa previdência, não tenha percebido o que está sendo proposto hoje. Não vamos, de forma alguma, assistir a esse retrocesso. Então, neste momento em que estamos realizando o nosso segundo fórum técnico, tentando elaborar propostas e projeto para conseguir avanços - amanhã estaremos analisando o projeto como um todo -, vamos insistir com o Governo para que faça essa inversão, inclusive da proposta ora encaminhada.

Acho importante, neste momento, que possamos também comemorar esses 88 anos de construção, de participação efetiva, de mobilização do conjunto do funcionalismo, que possamos novamente levantar a bandeira em defesa da nossa previdência. Muito obrigado.

Palavras do Dr. João Diniz Pinto Júnior

Exmos. Srs. Deputado Anderson Aduato; Profº Braga, meu colega, companheiro, colega de administração do IPSEMG; Cel.-Médico Gelson Rubem Alves de Almeida, representando o Cel. Mauro Lúcio Gontijo; Oswaldo Fortini, meu companheiro de administração; Maurício José de Carvalho, também meu companheiro; Renato Barros, Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem que muito nos honra; Fernando Alves, meus colegas servidores públicos, meus colegas servidores do IPSEMG, a busca pela segurança do homem e de sua família motivaram a procura de soluções voltadas para a proteção a princípio individuais.

Com o tempo, descobriu-se que os resultados seriam mais eficazes e duradouros quando os esforços de proteção e de produção partissem de um grupo mais abrangente, além da família.

Para garantia da segurança física foram instituídas as legiões, as forças policiais e militares e os tratados entre nações; para a segurança econômica, desenvolveram-se mecanismos de partilhamento de riscos através dos chamados sistemas securitários.

No primeiro aspecto, o grande risco é a agressão à integridade física e à liberdade, enquanto no segundo, o risco fundamental é a cessação das rendas que financiam o bem-estar social.

Tendo em vista a eminência da cessação das rendas, grupos maiores e mais representativos foram reclamados para promover e assegurar o partilhamento dos riscos individuais dentro do espírito de solidariedade, por meio do qual os benefícios e malefícios materiais da natureza monetária são diluídos através de uma grande família social.

Como consequência da Revolução Industrial, começaram a surgir os primeiros fenômenos que reclamaram o surgimento das associações classistas beneficentes, dos sindicatos, das entidades de previdência e de outros arranjos securitários que conduziram à segurança individual monetária ou previdência social.

O primeiro sistema estruturado de seguridade social surgiu na Alemanha, em 1883, numa fase de explosão da indústria e do socialismo, como forma de aliviar as tensões criadas pelas reivindicações trabalhistas e pelas mudanças determinadas pelo socialismo.

No Brasil, a história da previdência social tem início em 1888, quando da regulamentação do direito à aposentadoria dos empregados dos correios e da criação da Caixa de Socorros em cada estrada de ferro do Império.

Entretanto, para os trabalhadores no serviço público, Minas Gerais, berço da liberdade e das transformações político-sociais, demonstrando sua posição de vanguarda no cenário nacional, tomou a iniciativa de criar, em 1912, através da Lei nº 588, de 6 de setembro daquele ano, a Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado, com o objetivo de amparar o funcionário público inválido e os dependentes do ex-servidor falecido.

Em 1924, através do Decreto nº 6.600, a Caixa Beneficente foi transformada em Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e ampliou seu leque de benefícios para o segurado, como a assistência financeira, médico-ambulatorial e odontológica.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, pelo Decreto-Lei nº 1.416, de 26/11/45, a Previdência estadual foi transformada em Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, ampliando os benefícios concedidos, instituindo-se a pensão à família do servidor falecido, aposentadoria por invalidez aos operários do Estado e dos municípios conveniados, assistência médico-hospitalar e odontológica integral, bem como a autorização para construção do Hospital de Base da Previdência, o que se efetivou em 1971.

A partir da Constituição cidadã, de 1988, a seguridade social, do ponto de vista conceitual, além de dever ser encarada como um movimento de universalização do bem-estar social, que reclamava o esforço de todos, deveria ser instrumento capaz de conferir a todas as pessoas sob a proteção de uma sociedade organizada a garantia de um conjunto de ações destinadas a assegurar a concessão de benefícios previdenciários e prestações relativas à assistência social, aí incluída a saúde.

Na prática, contrariando o lógico e esperado, a gestão da Previdência Social, tanto dos trabalhadores da iniciativa privada como dos servidores públicos, no âmbito federal e no estadual, foi marcada por ações desastrosas e irresponsáveis, planejadas para justificar a privatização do sistema previdenciário.

O desvio dos recursos que integram o orçamento da seguridade social para outras finalidades, não havendo a constituição de reservas técnicas necessárias à garantia do pagamento de benefícios futuros, a prática da utilização do regime de caixa e o não-combate às fraudes proporcionaram a geração de enormes passivos a descoberto, hoje existentes.

Como consequência, emergiram problemas administrativos, gerenciais e de concepção de políticas voltadas para o segurado, não se admitindo alegações de que o sistema é oneroso e de custo elevado, que os recursos são escassos, uma vez que apareceram para salvar Bancos falidos, financiar privatizações e tratar a dívida externa com extrema generosidade, permitindo ao capital especulativo internacional definir os rumos da política econômica interna, lançando o País, abruptamente, no processo de globalização, destruindo a empresa

nacional e promovendo a exclusão social da classe trabalhadora.

Destarte, fica evidente que a reformulação do sistema de seguridade social implementado a partir de agosto de 1995 se inseriu no contexto de ajuste do modelo neoliberal, que ao implantar a ditadura da minoria, colocando obstáculos ao desenvolvimento pleno da democracia, à distribuição de renda e à melhoria da qualidade de vida, impôs uma política de destruição do serviço público em todos os níveis, comprometendo direitos trabalhistas e as garantias sociais e, por outro lado, desmontando os instrumentos de regulação da atividade econômica privada.

A privatização da previdência pública, implícita na reforma promovida pelo Governo FHC como instrumento de redução do ritmo de crescimento dos gastos, é a exclusão de grande parte dos idosos da cobertura do sistema previdenciário, transformando-se numa grande ruptura social, à qual já assistimos.

A tentativa de forçar a criação de fundos ou empresas públicas com estatuto de pessoas jurídicas de direito privado na previdência complementar, com contratos de trabalho regidos pelo regime celetista, indica o desaparecimento do Estado e, conseqüentemente, dos sistemas próprios, da gestão direta da previdência e saúde públicas, o que é grave.

Além do mais, a criação de fundos ou empresas públicas de natureza privada implicará aporte de recursos e patrimônio públicos, dando calote no passivo previdenciário existente, desobrigando inconstitucionalmente o poder público da participação no custeio no futuro, deixando a Previdência de ser um pacto solidário de gerações para transformar a morte dos atuais servidores, ativos e inativos, bem como dos pensionistas, na condição do seu sucesso.

Em Minas, o IPSEMG, como conseqüência da prática neoliberal, sofreu, de 1995 a 1998, um arrocho financeiro jamais presenciado nos seus 88 anos de existência, através do não-repasse das contribuições descontadas dos servidores e a respectiva cota patronal, acarretando uma apropriação indébita de R\$1.800.000.000,00, computados os juros, ação que visava a acabar literalmente com o Instituto, o que não ocorreu graças à resistência dos servidores públicos através da Frente contra a Destruição dos Serviços Públicos, com respaldo da egrégia Assembléia Legislativa.

Diante de tais constatações, conclui-se que a reestruturação de regimes próprios de Previdência Social e, como conseqüência, do IPSEMG em Minas está sendo possível, em primeiro lugar, porque há a firme disposição do Governador Itamar Franco de lutar pela mudança do modelo econômico vigente no País, para que, através do aquecimento da atividade econômica e da conseqüente geração de emprego, possa ser ampliada a base de contribuição para o regime geral de Previdência, que a realização de concurso público possa substituir os contratos temporários precários no serviço público, possibilitando o fortalecimento da Previdência dos servidores e o amparo às suas famílias; em segundo lugar, dada a diversidade de meios e a amplitude de objetivos, marcadamente de grande alcance social, o processo de reorganização estrutural pressupunha a realização de estudos técnicos e legitimidade de ação, o que foi possível a partir do momento em que, num processo de co-participação e co-responsabilidade, os servidores assumiram a gestão do IPSEMG por delegação do Governador Itamar Franco; em terceiro lugar, através do questionamento judicial da reforma previdenciária, consubstanciada na Emenda nº 20, na Lei nº 9.717 e nas demais portarias e ordens de serviço do MP, em que o Estado obteve êxito para preservar os princípios do pacto federativo, a autonomia de Estados e municípios e impedir a transferência de recursos ao caixa da União, estancando um processo de dependência permanente e resguardando os servidores públicos de aumentos progressivos de contribuição previdenciária, consolidando assim as bases de construção do regime próprio de Previdência.

Nesse contexto é que, a partir do ano de 1999, com o apoio do Governador Itamar Franco, o IPSEMG resgata efetivamente sua missão institucional, transformando-se no maior salário indireto do servidor público.

Com a promulgação da Lei nº 13.404, de 15/12/99, que dá competência ao IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais, o repasse das contribuições obedece aos prazos previstos. Houve o pagamento das parcelas da dívida do Tesouro Estadual, o Instituto solucionou o déficit de R\$136.000.000,00 evidenciado no balanço de 1998, quitou a dívida de aproximadamente R\$150.000.000,00 junto aos fornecedores e prestadores de serviços, investiu R\$5.000.000,00 em equipamentos modernos para o Hospital Governador Israel Pinheiro e para a Superintendência Odontológica e expandiu a assistência descentralizada, melhorando a qualidade dos serviços ofertados e se fazendo presente em 668 municípios.

Como política alternativa, implantou o Programa IPSEMG-Família, voltado para a humanização do atendimento e para a promoção da saúde, diminuindo o espaço entre a Instituição e o servidor público e garantindo disponibilidade dos serviços com alto valor agregado, segurança, credibilidade, confiabilidade e presteza.

Através da Lei nº 13.455, de 12/1/2000, sancionada pelo Governador Itamar Franco, o IPSEMG garante a integralidade das pensões pagas a partir de maio de 2000 e reconhece o marido válido ou companheiro como dependentes dos segurados.

Pelo Decreto nº 41.094, de 1º/6/2000, está garantida a gratuidade total da assistência médico-hospitalar e a redução na participação no custeio nos tratamentos odontológicos, além da assistência complementar, compreendida no acompanhamento psicológico, psiquiátrico e na disponibilização de medicamentos a baixo custo através da drogaria do servidor, benefício já estendido ao interior do Estado. Assim, o Instituto se preocupa com a saúde integral do servidor.

Como meta, propõe-se que a gestão da seguridade social do servidor, na sua totalidade, seja delegada ao IPSEMG, instituição dotada de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, ente especial, que, por sua própria natureza, possui instrumentos exclusivos para prestação de serviços peculiares, diferenciando-se da administração centralizada pelos métodos operacionais utilizados no cumprimento de sua missão institucional.

O Estado não pode continuar permitindo a dicotomia na gestão e na prestação de benefícios previdenciários e serviços assistenciais, ora atendendo com recursos do Tesouro, no caso das aposentadorias, ora pelo IPSEMG, no que se refere a pensões, seguros, auxílios e assistência social, inclusive saúde. Tanto no aspecto do paralelismo e da superposição de recursos organizacionais, quanto pelo crescente desembolso de recursos financeiros, o sistema inviabiliza o estabelecimento de uma política salarial justa e dinâmica como um atendimento eficiente ao universo de servidores públicos ou investimentos em educação, transporte ou segurança.

Atento às transformações sociais, o IPSEMG comemora seus 88 anos com a certeza de cumprir seu papel junto ao servidor e, alicerçado na experiência adquirida ao longo do tempo, se apresenta como entidade capaz e ideal para abrigar um sistema que tem a prestar benefícios previdenciais e serviços assistenciais que se configuram como produtos identificados com um sistema fim.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a apresentação do Hino do IPSEMG, pelo Coral do IPSEMG, sob a regência da maestrina Karina Haddad.

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. João Diniz Pinto Júnior uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Ao IPSEMG, pelos seus 88 anos de profícua e ininterrupta atividade previdenciária em favor do funcionalismo mineiro, a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 9 de novembro de 2000. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Anderson Aduato, Presidente."

Palavras do Sr. Presidente

O 88º aniversário de fundação do IPSEMG que esta Assembléia homenageia com esta reunião especial constitui ensejo para que ratifiquemos nosso apreço para com uma instituição que se tornou positiva unanimidade não só para o funcionalismo, mas também para o povo mineiro como um todo.

Nosso homenageado tomou forma, como já vimos, nos idos de 1912, mas recebeu a atual denominação no ano de 1945, coincidindo com a redemocratização do País, após a ditadura do Estado Novo. Posteriormente, tivemos os anos de chumbo da ditadura militar e hoje estamos submetidos a um pseudo neoliberalismo, que pretende desmantelar a máquina administrativa e o patrimônio públicos.

Ora, é oportuno observar que, decorridos 88 anos, o IPSEMG passou pelas diversas etapas da História Republicana sem negligenciar a missão a que fora destinado: a de órgão previdenciário modelo, encarregado da assistência médico-social, de pecúlios, seguros, pensões e aposentadorias em favor do servidor público mineiro e de sua família.

A verdade é que os funcionários do IPSEMG mantiveram a administração do órgão em níveis dignos da mais avançada previdência social, em que pesem às pressões e ingerências externas que sofreram ao longo do tempo.

Atualmente, o Governo Federal, em seu propósito de globalizar o Brasil contra os brasileiros, está agindo para que a previdência pública se desmoralize, a fim de que os bancos privados possam criar um extraordinário sistema de captação e concentração de recursos dos trabalhadores. O bom senso indica que a previdência privada pode funcionar como complemento, mas não substitui a oficial.

Foi assim pensando que as lideranças do funcionalismo público mineiro levaram adiante a Frente contra a Destruição do Serviço Público, com o propósito de obstar a privatização do IPSEMG. O movimento foi vitorioso, e o órgão segue agora com seu trabalho exemplar, inclusive atuando como protótipo de representatividade e de colegiado: em sua direção, o funcionalismo e o corpo de beneficiários está presente e participante, tal como deve ser. Tenho a certeza de que os senhores têm a dimensão da responsabilidade que pesa sobre os seus ombros e sobre o significado da representatividade dos funcionários à frente do IPSEMG nessa administração.

A gestão indevida por parte de outros órgãos da administração pública é coisa do passado. Esperamos que amanhã também continue sendo.

O que afirmamos vem comprovar que não podemos ser radicais, a ponto de liquidar com a previdência pública. O sistema enfrenta problemas, é verdade: as receitas se reduzem, e as despesas aumentam. No entanto, está prevista, no âmbito das reformas constitucionais já efetivadas, a criação do fundo de aposentadoria dos servidores. Nesse item, o IPSEMG tem e terá um papel extremamente importante. Esperamos que cumpra o seu papel para o bem de todo o funcionalismo público mineiro.

Podemos dizer, a propósito, que também esta Assembléia - no exercício de sua função fiscalizadora - está atenta para que nossos servidores sejam amparados, em futuro próximo, pelo fundo oficial de aposentadorias e pensões.

É uma questão de honra para nós, parlamentares mineiros, não descuidar do assunto e fazer a nossa parte, para que os servidores não sejam prejudicados. Para tal, uma de nossas garantias é exatamente a presença do nosso homenageado desta noite.

Neste momento, esta Casa reconhece o valor do Instituto e presta esta homenagem. Mais do que isso, o fórum técnico que está em curso tem exatamente o objetivo de buscar os caminhos que queremos para atingir os resultados que todos desejamos.

Nossa homenagem ao IPSEMG é fruto de um requerimento do Deputado Durval Ângelo, que, além de Deputado Estadual, é também funcionário público e conhece com profundidade todas as dificuldades por que passou o IPSEMG. Realmente, como muito bem colocou em seu discurso, teve participação no passado e trabalhou, no momento da formação desse Governo, para que o que diz respeito à administração do IPSEMG pudesse ser encaminhado da forma como está sendo hoje, ou seja, com a presença e a participação de funcionários e usuários na sua direção.

E a nossa homenagem ao IPSEMG, através desse requerimento aprovado por unanimidade neste Plenário, é a homenagem a todos os seus servidores e funcionários públicos de Minas. Graças a seu devotamento à população, o Estado continua cumprindo as suas obrigações, apesar do cerco econômico que lhe fazem, com a concentração do poder tributário na União, a privatização dos Bancos públicos, o iníquo sistema de distribuição dos recursos federais.

Senhoras e senhores, as últimas eleições municipais demonstraram, principalmente nas Capitais, o desejo de mudanças. O eleitorado está constatando que a moralidade administrativa é o principal fator da eficiência dos governos. Pois é em nome dessa moralidade que sempre caracterizou a postura do IPSEMG que nos congratulamos com seus servidores e seus diretores. Receba o IPSEMG, na pessoa de seus Diretores e de todos vocês, a mensagem calorosa do Legislativo mineiro. Nosso muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados, pela honrosa presença, e cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 10, às 8 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 117ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 8/11/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Antônio Andrade

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Chamada para verificação de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação - Votação de Pareceres: Parecer sobre a indicação do titular da FHEMIG; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.578; manutenção - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.582; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discursos dos Deputados João Leite e Elaine Matozinhos; encerramento da discussão - Registro de presença - Discursos dos Deputados João Leite e Elaine Matozinhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Alvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o parecer do Grupo Parlamentar Constituído para Conhecer das Solicitações de Acesso a Documentos Sigilosos, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99 e os Projetos de Lei nºs 451 e 774/99 e 801/2000, que receberam emendas na referida reunião e retornaram às comissões.

Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para a verificação do "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado João Paulo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 37 Deputados. Não há "quorum" para votação. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 47 Deputados. Há "quorum" para votação.

Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fausto Ferrer Fróes para o cargo de Superintendente-Geral da FHEMIG, objeto da Mensagem nº 125/2000. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, I, c/c o art. 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a indicação deverão registrar "sim", e os que desejarem rejeitá-la deverão registrar "não". A matéria será aprovada por maioria simples. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 35 Deputados; votaram "não" 6 Deputados; houve 2 votos "em branco", totalizando 43 votos. Está aprovada a indicação do Sr. Fausto Ferrer Fróes para Superintendente-Geral da FHEMIG. Oficie-se ao Governador do Estado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da Reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.578, que dispõe sobre o direito dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 31 Deputados; votaram "não" 16 Deputados; houve 1 voto "em branco", totalizando 48 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.578. Oficie-se ao Governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.582, que prorroga o prazo para a concretização das medidas previstas no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Nos termos do § 2º do art. 145, c/c o art. 223, do Regimento Interno, a Presidência vai designar relator em Plenário o Deputado Carlos Pimenta, para emitir parecer sobre o veto, e indaga a S. Exa. se está em condições de emitir seu parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Carlos Pimenta - Estamos em condições de emitir nosso parecer. O parecer é o seguinte. (- Lê:)

Relatório

Por meio da Mensagem nº 142/2000, o Governador do Estado encaminhou, para apreciação desta Casa, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.582, que prorroga o prazo para a concretização das medidas previstas no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98.

Nos termos do § 2º do art. 145, c/c o art. 233, do Regimento Interno, compete a este relator emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

Após analisar as razões do veto e estudar a matéria, esta relatoria entende que mantêm-se as razões que levaram este parlamento a aprovar a proposição de lei em epígrafe, tal como foi encaminhada ao Poder Executivo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.582.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Andrade) - Em discussão, o veto. Para discuti-lo, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas presentes, telespectadores da TV Assembléia; a nossa manifestação em relação ao veto é contrária. Trata-se de uma legislação que nasceu do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que, por vários meses, investigou o sistema carcerário no Estado de Minas Gerais.

A Lei nº 12.985 trata de algo importante para a mudança da política carcerária e penal do Estado. Vejo aqui a maioria dos Deputados que trabalharam na Comissão: o Vice-Presidente, Deputado Durval Ângelo, o relator, Deputado Ivair Nogueira, bem como o Deputado João Batista de Oliveira. Todos nós pudemos, naqueles dias, constatar a situação grave por que passava o sistema carcerário de Minas Gerais, e ainda passa. Alguns querem fazer pensar que os Deputados têm alguma coisa contra a Secretaria da Segurança Pública ou contra qualquer policial. Não é isso. Sabemos que não foram somente os membros da Comissão que votaram favoravelmente àquele projeto. Toda a Assembléia Legislativa votou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 12.985, da CPI Carcerária.

Será que querer que a Polícia Civil e a Secretaria da Segurança Pública cuidem da investigação, façam o trabalho de polícia judiciária e fiquem liberadas da guarda de presos é querer esvaziar essa Secretaria? Para que o contribuinte do Estado de Minas Gerais investiu no policial? Para que ele guarde presos ou esteja nas ruas, investigando, trabalhando contra o crime organizado? Creio que essa é a questão que precisa ser avaliada. Vamos impor ao policial civil a guarda de presos, transformando o Detetive, o Delegado e o Inspetor em Carcereiros, ou vamos dar uma chance para que esses policiais cumpram a determinação da Constituição? As Constituições, tanto a Federal quanto a Estadual, determinam que o policial civil e a Secretaria da Segurança Pública sejam responsáveis pela investigação e elucidação de crimes, que, muitas vezes, são da maior gravidade e merecem a atenção e o tempo do policial.

E o que é que está sendo imposto aos 8.700 policiais civis de Minas Gerais? A guarda de 12 mil presos. Foi nisso que o legislador pensou, foi nisso que a Assembléia Legislativa pensou, ao determinar a transferência da guarda de presos da Polícia Civil e da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria da Justiça. A intenção foi preservar e dar tempo ao policial para investigar.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Alberto Bejani. Ele, também, trabalhou com essa matéria, durante muito tempo, como Vice-Presidente da CPI que tratou da facilitação de carteiras de habilitação.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado João Leite. Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela brilhante campanha em Belo Horizonte. Nem sempre os melhores são os vencedores. Não tenha dúvida quanto a isso.

Estamos plenamente de acordo com V. Exa. Trabalhamos sob a sua Presidência e entendemos que é perder tempo fazer com que um policial civil se dedique a cuidar de presos, a emitir carteiras de habilitação ou de identidade. O policial civil é formado para fiscalizar, para investigar. Com tudo isso, Minas Gerais já começa a se tornar um Estado bastante violento, preocupando até os moradores das cidades menores. Acho que essa é uma questão de bom-senso. Não se trata de misturar siglas partidárias com a posição de pessoas que trabalharam, trabalham e entendem do assunto, ou dos próprios policiais.

Se for feita uma enquete, de cada dez policiais civis, com certeza, os dez assinarão que não querem mais cuidar de presos, pois não foram formados para isso; não querem tratar de carteira de habilitação ou de identidade. Esse é um trabalho que tem de ser feito pelas áreas responsáveis, e, naturalmente, dando condições ao Estado de ter maior segurança.

Tomara Deus que esse que se diz Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco, comece a criar juízo a partir de agora e veja que Minas está precisando ser governada. Obrigado, Deputado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Alberto Bejani, quero parabenizá-lo, também, pela votação que alcançou em Juiz de Fora. Sei que V. Exa. também teve o desgosto de enfrentar a máquina, e sabemos como ela funciona.

O Governador do Estado vetou justamente um artigo importante dessa legislação. A mensagem do Governador passou pela Comissão de Direitos Humanos e recebeu parecer do Deputado Adelmo Carneiro Leão. O art. 7º, que está vetado pelo Governador do Estado, diz o seguinte: "Fica vedada a construção, pela Secretaria da Segurança Pública, de estabelecimento penal de qualquer natureza".

Acho que isso tem de ser colocado para que a população de Minas Gerais responda: o contribuinte paga para que a Polícia Civil, a Secretaria da Segurança Pública construa unidades penais, fique cuidando de presos, quer que a Secretaria da Segurança Pública, a Polícia Civil esteja nas ruas, investigando, desmantelando quadrilhas, o crime organizado? Creio que essa é a pergunta a que a população de Minas Gerais deve responder.

Pela experiência de quem passou vários meses com outros Deputados, conhecendo o sistema carcerário, conversando com entidades envolvidas com a questão do sistema carcerário, fazendo audiências públicas, conversando com a população, a resposta é muito fácil. Creio que essa resposta os Deputados deverão dar, também, ao veto do Governador. Queremos o policial civil guardando presos ou nas ruas, investigando os crimes, cuidando da segurança da população?

É muito fácil dizer que os Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito querem esvaziar a Secretaria da Segurança Pública. Essa é uma argumentação frágil, não consegue sustentação, porque a pergunta que tem de ser feita é a seguinte: a população de Minas quer que a Polícia Civil permaneça guardando presos?

Acho que podemos, como disse muito bem o Deputado Alberto Bejani, perguntar ao policial civil também: o senhor quer ficar como Carcereiro, guardando presos, ou sua entrada no serviço público se deu para dar segurança à população? Acompanhamos sistemas de segurança, e vários Deputados tiveram oportunidade, com a visão que a Assembléia Legislativa tem, de conhecer modelos de outros lugares do mundo, pudemos ver como funciona, a valorização do policial se dá nas ruas. A promoção dos policiais se dá nas ruas. É ali que são reconhecidos pelas autoridades e pela população. É o seu trabalho de rua, enfrentando o crime organizado, conseguindo desmantelar quadrilhas, é nesse momento que a população e as autoridades reconhecem seu valor, dá-se a valorização e a promoção do policial.

E, neste momento, ouvimos que o Deputado quer esvaziar a Secretaria da Segurança Pública. Ora, a Polícia Civil foi feita para guardar presos? A Polícia Civil também foi pensada para emitir carteira de habilitação? Um Detetive é talhado para aplicar prova em motoristas? É para isso que o contribuinte gasta na formação de um Detetive, ou será que a formação do policial se dá para que ele esteja nas ruas, investigando e acompanhando o dia-a-dia da população? Sim. Essa é a argumentação correta.

É frágil o argumento de que determinado Deputado é contra o policial, por querer que ele esteja nas ruas, investigando crimes. Ora, quem vai acreditar nesse absurdo? Ninguém acredita que, ao quisermos que as unidades penais estejam sob os cuidados da Secretaria da Justiça, estejamos procurando restringir a atuação do policial. Pelo contrário: estamos reconhecendo o valor do policial civil no local exato que lhe cabe atuar, e esse local é as ruas. É aí que a população mineira quer e que o legislador deve querer vê-lo atuar.

O policial civil precisa ter tempo para investigar crimes de difícil elucidação, como é o caso dos desaparecimentos. Há pessoas desaparecidas em Belo Horizonte há anos, e a polícia não consegue elucidar os fatos. Por quê? Porque precisa de tempo para fazer isso.

Não tenho os dados de hoje, mas havia apenas dois Detetives na Delegacia de Pessoas Desaparecidas. Por que não mais? Em 1999, 1.000 pessoas eram tidas como desaparecidas em Belo Horizonte. Será que vamos preferir que os Detetives continuem guardando os presos, ou vamos querê-los nas ruas, investigando e procurando as pessoas desaparecidas?

Esta é a argumentação correta. Por isso, somos totalmente contrários ao veto do Governador ao art. 7º. Com isso, ele impõe ao policial civil, eternamente no Estado de Minas Gerais, a guarda de presos. Pretende que o Detetive, o Delegado permaneçam na porta da cadeia, cuidando de presos. Será que é para isso que o Estado está investindo nos policiais, ou não temos problemas nas ruas? As ruas de Belo Horizonte, de Uberlândia, de Governador Valadares, de Uberaba, de todo o Estado, enfim, estão na mais perfeita ordem e nelas reina a tranquilidade? Já não há problema de segurança?

Ora, se temos problemas de segurança, precisamos da Polícia Civil novamente nas ruas, e, para que isso aconteça, é fundamental que a Assembléia Legislativa diga "não" ao veto do Governador ao art. 7º. Esse artigo proíbe à Secretaria da Segurança Pública construir mais cadeias.

O que aconteceu neste Governo? A Secretaria da Segurança Pública, dispensando licitação, construiu três unidades penais de grande porte. Uma delas é o CERESP da Gameleira, que abriga hoje 460 presos, e policiais civis é que cuidam deles. Mais grave ainda: como não há número suficiente de policiais civis para guardar todos os presos, a Polícia Militar está no entorno, prestando serviço de segurança.

A Polícia Civil está comprometida com a guarda de presos, assim como a Polícia Militar, deslocada de algum ponto da Região Metropolitana de Belo Horizonte para guardar presos. Se a Polícia Civil e a Polícia Militar foram deslocadas, estamos perdendo efetivo policial nas ruas, onde deveriam estar.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado João Leite. Parabenizo-o pelo enfoque. Concorro com o projeto, extremamente importante para a regularidade de apenas uma unidade tomando conta nas cadeias, nos presídios, nas penitenciárias, o que racionaliza e diminui custos para o Estado, conseqüentemente para a sociedade mineira, para quem esse projeto é extremamente importante.

Não entendemos o objetivo do art. 7º, que foi vetado. Parece até que alguma posição pessoal influenciou o Governador para que o vetasse. Construção é com o DEOP, que conta com uma equipe de engenharia e com pessoal especializado. Não faz sentido a Secretaria da Segurança Pública manter uma estrutura para tomar conta de construção. É até suspeito. A sociedade não entende por que a Secretaria da Segurança Pública tem que fazer processo de licitação para construir cadeia. Em administração de empresas, de maneira geral, quem compra, normalmente, não guarda; quem compra uma mercadoria não toma conta do almoxarifado. Podemos dizer que quem investiga e prende também não deve cuidar de quem está preso.

Temos observado que o contato da Secretaria da Segurança Pública e da Polícia Civil com as cadeias e com os presídios tem provocado grande insegurança. De certa forma, tem fortalecido o crime organizado. Infelizmente, existe um manejo dos presos com relação ao tráfico de drogas, ao roubo de cargas e ao crime de maneira geral. Se transferirmos esse encargo para a Secretaria da Justiça, temos grande chance de contar com pessoas mais especializadas e de moralizar um pouco mais os presídios e as cadeias, o que será bom para a sociedade mineira.

Somos favoráveis à derrubada do veto, por entender que não há necessidade de a Secretaria da Segurança Pública lidar com construções, tarefa de pessoas especializadas. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço ao Deputado Paulo Piau e registro a presença do Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que possibilitou aquela CPI, que deu tantos frutos. É difícil implantar o que a própria Assembléia Legislativa aprovou. O projeto de lei foi aprovado pela Assembléia e sancionado pelo Governador Eduardo Azeredo.

É interessante ressaltar que, no Governo passado, houve a importante transferência de quatro unidades penais. A primeira delas foi a da cadeia pública de Uberlândia, onde a CPI encontrou uma situação da maior gravidade. Os policiais civis trabalhavam sem nenhuma condição. Estavam na Delegacia de Uberlândia, com quase 200 presos. Os Delegados chegaram a enfrentar várias rebeliões, com a Polícia Civil e com a Polícia Militar. Atualmente, a situação não é das melhores, mas também não é a que a CPI encontrou na delegacia.

As delegacias estavam funcionando, e os Delegados tinham de estar, praticamente, o tempo todo voltados para a situação explosiva da Delegacia de Uberlândia, sem poder dar a segurança que a população de Uberlândia merecia.

Lembro-me da cadeia pública de Divinópolis, que também foi transferida para a Secretaria da Justiça. Se puxarmos pela memória, vamos lembrar a situação da Delegacia de Divinópolis, onde ocorriam rebeliões constantes; os policiais enfrentavam, a todo o momento, situações difíceis, como a tomada de reféns. Em uma dessas rebeliões, no ano de 1997, o padre que sempre ia a essa cadeia celebrar missa foi tomado como refém. A cidade viveu uma situação dramática. Houve a transferência, e hoje a unidade penal de Divinópolis é cuidada pela Secretaria da Justiça. De 1998 até hoje, se não me falha a memória, ocorreu apenas uma rebelião em Divinópolis. Antes elas eram constantes.

As unidades penais de Patos de Minas e Governador Valadares também foram transferidas para a Secretaria da Justiça. A idéia da Assembléia Legislativa, da CPI Carcerária era a de que a Polícia Civil fosse liberada para fazer o seu trabalho constitucional, a fim de dar segurança à população de Minas Gerais, ou seja, os Detetives, os Delegados ficariam liberados para as investigações nas ruas, antecipando, até mesmo, crimes e buscando as pessoas desaparecidas. Esses desaparecimentos trazem angústia a muitas famílias, mas, na maioria das vezes, a Polícia Civil não tem condições de atender, por falta de policiais, que hoje estão encarregados de guardar presos.

Não é minha intenção nem de outros Deputados esvaziar nada. Pelo contrário, queremos a valorização dos nossos policiais, da Secretaria da Segurança Pública. A expectativa dos Deputados e da população de Minas Gerais é a de que essa Secretaria e a Polícia Civil tenham condições de estar nas ruas para enfrentar o crime, que, lamentavelmente, se organiza, cada vez mais, em Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado João Leite, obrigado pelo aparte. Tenho acompanhado essa proposição durante toda a sua tramitação, no 1º e 2º turnos. Reconheço a importância dessa norma constitucional para o Estado de Minas Gerais, que, dessa maneira, valoriza a atividade de cada órgão, de cada categoria do serviço público.

Sabemos da gravidade do problema da segurança não só em Minas, mas também em todo o Brasil. Sabemos da gravidade identificada pela própria CPI Carcerária, tão bem presidida por V. Exa. Vemos várias iniciativas que estão tramitando aqui, até mesmo a partir do seminário que esta Casa fez sobre segurança pública. A grande demanda do povo mineiro e brasileiro é segurança pública. Este é um grave problema, que afeta toda a sociedade.

Essa medida, como tantas outras que estão sendo propostas, visa, exatamente, a isto: melhorar o aparelho de segurança pública de nosso Estado. E uma das graves questões que temos de enfrentar é que temos poucos homens e mulheres na Secretaria da Segurança Pública, um número bem inferior ao que deveríamos ter. Na própria Polícia Militar, também temos déficit de pessoal - precisaríamos de mais policiais nas ruas.

Mas, além do aumento desse efetivo, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Militar, algumas medidas, que não implicam em gastos, devem ser tomadas, como a de fazer com que o policial militar ou o civil, que têm a função constitucional de dar segurança, de agir preventivamente ou de gerar essa segurança, estejam, efetivamente, exercendo esse papel. Mas podemos verificar, Deputado João Leite, como V. Exa. bem sabe, que muitos homens e mulheres da Polícia Militar estão em funções burocráticas - o que poderia ser perfeitamente suprido por outros servidores públicos -; poderiam estar nas ruas, dando segurança à população. O mesmo acontece na Polícia Civil. Não é função da Polícia Civil cuidar de presos em presídios; isso é função da Secretaria da Justiça. Se não temos homens suficientes, que o Governo encontre uma alternativa - e existem várias ações que podemos adotar no Estado.

Aqui, entra a questão que está em discussão - e tenho certeza de que esta Casa vai avançar neste sentido: trata-se de retirar os policiais civis das funções burocráticas. Não me refiro apenas aos que estão cuidando de presos, mas também aos que estão em outras funções burocráticas, como no DETRAN. No Rio Grande do Sul, apenas por adotar-se a mesma medida que está sendo proposta nesta Assembléia Legislativa, mil homens da Polícia Civil, que estavam sendo utilizados na burocracia, foram para as ruas.

Acho que o problema da segurança pública admite uma série de atitudes, de posicionamentos e de medidas. Uma delas é que precisamos de pessoal, e acho que otimizar o pessoal existente na Polícia Civil e na Polícia Militar é fundamental para garantirmos a segurança pública.

Então, parabéns a V. Exa., por esse projeto. Tenho certeza de que esta Casa está caminhando para dar ao Governo o aparelho de que precisa para garantir a segurança pública, e um dos mecanismos para é esse. Já ouvi o próprio Secretário de Segurança Pública dizendo que os policiais que desloca para cuidar de presos reclamam muito, pois eles mesmos se sentem diminuídos em sua função - se ele é um policial, quer ser operacional, que estar nas ruas, investigando e combatendo o crime, e o colocam dentro de uma cadeia ou de um presídio, cuidando de preso, o que não é sua função. Quer dizer, o treinamento que recebeu não é para aquilo, mas para estar nas ruas. Então, essa é uma medida necessária, e tenho certeza de que, pela sensibilidade dos meus nobres pares, esta Casa vai caminhar nesta direção. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço a contribuição do Deputado Miguel Martini, sempre preocupado com essas situações e grande conhecedor da realidade do Brasil, já que presidiu por tanto tempo, com brilhantismo a UNALE. Ele sabe muito bem o que funciona e o que não funciona em outros Estados.

Essa é a questão que devemos colocar para a população de Minas Gerais; é a minha preocupação; essa é a razão de eu estar nesta tribuna, defendendo tanto essa questão. Meu interesse é melhorar a segurança pública. A não ser que não tenhamos necessidade de mais homens e mulheres garantindo a segurança da população nas ruas. Se assim for, estou errado. Se não temos problemas de segurança em Minas Gerais, minha presença aqui não se justifica. Mas, se precisamos melhorar nossa segurança pública e se, para isso, precisamos ter mais efetivos nas ruas e dar melhores condições ao nosso policial, minha presença aqui se justifica e estou fazendo a defesa correta.

Não tenho nenhum outro interesse, não quero esvaziar nada, ao contrário, quero apoiar e valorizar o trabalho de segurança pública.

Não considero que valorizar seja permitir a permanência de 400 policiais civis na Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves. Será que o Estado investiu para ter 400 policiais guardando presos em Ribeirão das Neves?

É essa a resposta que temos de dar, que a Assembléia Legislativa tem de dar. Será que investimos tanto num policial para que ele fique licenciando automóvel, colocando placa em carro, fazendo exame de direção em motoristas? Será que investimos tanto nos Delegados para que eles fiquem cuidando de presos?

Não está correto. A Assembléia Legislativa novamente deve dar uma resposta a essa questão. Em 1998, tivemos a transferência de quatro unidades, e neste Governo nenhuma unidade foi transferida.

O Governador, expirando o prazo - julho de 2000 - que a CPI e que a Assembléia Legislativa concederam ao Executivo, de dois anos para transferências, sem nada ter sido feito, pediu mais dois anos. O relator e a Comissão de Direitos Humanos fizeram um trabalho excelente para criar um cronograma de transferência, prevendo, em 240 dias, por exemplo, a transferência do Centro de Remanejamento da Secretaria da Segurança Pública de Belo Horizonte, o CERESP, da Nova Gameleira, o de Betim, de Coronel Fabriciano, de Juiz de Fora, do CERESP construído pela Secretaria da Segurança.

O que pretende o Governador? Pretende que a Secretaria da Segurança seja o quê?

Agora, é uma construtora. Ficará construindo unidades penais no Estado de Minas Gerais. Quando aprovamos, na Assembléia Legislativa, a Lei nº 12.985, os Deputados tiveram o cuidado de dar do Diretor de unidades penais, aos Diretores de penitenciárias o direito de ordenar despesas, ele pode fazer os pequenos reparos, se uma cela está estragada ele pode ordenar despesas. Construir fica a cargo do DEOP, que constrói por meio de licitação. Não é a Secretaria da Segurança. Ela deve estar envolvida com a segurança do cidadão de Minas Gerais.

É isso que pretendemos. Não queremos esvaziar nada; ao contrário, valorizar. Concedo aparte ao Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Nobre Deputado João Leite, desde que V. Exa. adentrou nos umbrais desta Casa, tem sido um defensor intransigente da liberdade individual, do direito do cidadão e, principalmente, da segurança da sociedade.

É com base nesse diapasão que V. Exa. tem-se comportado. E tem não apenas ficado na letra morta da palavra nem na fantasia do discurso. Tem agido de forma a mostrar a materialização de seu ideal.

O projeto de lei que hoje estamos discutindo, o veto aposto pelo Governador, teve inclusive, por inspiração a brilhante cabeça de V. Exa.

Mas o Governador, ao vetar esse dispositivo, está criando uma superposição de funções, porque, no meu entendimento - que é o de V. Exa., e o esclarecimento foi brilhante até agora -, a função da Secretaria da Segurança é dar segurança ao povo. O DEOP é encarregado de executar obras. Autorizando-se a Secretaria da Segurança a realizar obras, está havendo uma superposição de funções, e isso não funciona em sistema algum.

A taxa de segurança é a alegação do Governo para vetar esse artigo e autorizar a Secretaria da Segurança a executar obras de presídios. Argumenta o Governo que há sobra de dinheiro na Secretaria e que ela pode aplicá-lo na construção de presídio. Veja V. Exa. que essa declaração do Governo é a decretação da falência do sistema, porque, se há dinheiro, e o povo não tem segurança, é uma questão de gestão. É preciso melhorar a gestão desse serviço. Por outro lado, se o sistema não funciona, e existe dinheiro arrancado do orçamento parco do povo mineiro, e se, havendo dinheiro, não há segurança, seria melhor acabarmos com a taxa. É isso que precisa acontecer.

Mas o Governo alega que a Secretaria, sem essa autorização, não pode fazer obra. É uma falácia porque, por meio de convênio, pode-se remanejar as sobras e repassar os recursos para o DEOP ou mesmo para a Secretaria da Justiça, que, a partir de agora, será a responsável pela educação dos presidiários.

A filosofia aplicada hoje é errada. Temos policiais vigiando presos. Precisamos é de ter sociólogos, professores e assistentes sociais reeducando o indivíduo que foi extraído - como um apêndice maligno do corpo humano - da sociedade e segregado temporariamente, para ser reeducado e retornar prestando benefícios a ela.

O trabalho de V. Exa., Deputado, merece elogio, merece loas, e não poderia me furtar desse compromisso com a minha consciência diante de V. Exa. Parabéns pelo trabalho que vem sendo executado!

O Deputado João Leite - Deputado Ermano, prestei atenção à sua fala porque sabia que aprenderia, como sempre, com a maneira pela qual V. Exa. trata essas questões, com tanta

seriedade e brilhantismo. Isso veio a trazer mais argumentos para este discurso que fazemos sobre o veto do Governador. Veio apoiar as nossas propostas e o entendimento que temos.

Pretendem alguns, Deputado Ermano Batista, usar argumentos que têm de ser superados. A sociedade de Minas Gerais não pode aceitar mais que se diga que defesas como esta que estou fazendo da tribuna são defesas de bandido. Ao pretendermos a presença da Polícia Civil nas ruas, o que queremos é dar segurança para a população de Minas Gerais, é lutar contra a criminalidade, que, como vemos, a cada dia mais está se organizando e trazendo para a população do Estado uma grande insegurança.

Creio que V. Exa. foi brilhante em seu aparte. E o veto do Governador se dá a um artigo muito importante, porque ele trata de algo fundamental que é a presença policial nas ruas e a determinação que a Secretaria da Segurança Pública de Minas deve ter: prestar segurança pública.

É essa a pretensão desse artigo. Com muito prazer, concedo aparte ao relator, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado João Leite. Acho que não poderíamos ter um outro momento tão propício para expor o nosso pensamento e mostrar claramente à população de Belo Horizonte uma outra face de uma mentira que se pregou durante alguns meses, principalmente quando V. Exa. deixou, se afastou um pouco da Casa para dedicar-se à campanha de Prefeito. Aliás, quero até parabenizá-lo pelo excelente trabalho que fez, o quase meio milhão de votos que teve como candidato a Prefeito de Belo Horizonte, votos conscientes, embora tenham tentado deturpar a sua imagem, tachando-o de defensor de bandidos, de uma pessoa que não se preocupa verdadeiramente com a segurança pública. Esse projeto, por si só, a sua participação na Comissão de Direitos Humanos, a sua preocupação fala, é testemunha viva do trabalho incansável que o Deputado João Leite tem feito na Casa, da forma exemplar com que tem correspondido aos anseios do povo.

Na verdade, o que queremos é uma segurança pública ideal. A segurança pública de Minas Gerais está passando por momentos proporcionados por atitudes, muitas vezes, mal-tomadas, por parte da Secretaria, por defesas violentas de uma estrutura que já não cabe mais na modernidade, na nossa sociedade. Se temos hoje uma certa segurança em Minas Gerais, quando se compara com São Paulo e com Rio de Janeiro, essa segurança que ainda temos é frágil e pode não existir mais daqui a um tempo, porque notamos que a evolução dos fatos, a forma como a violência tem acontecido vai acabar fragilizando e destruindo ainda mais a nossa segurança. Um dos pontos é esse.

A Secretaria da Segurança Pública não pode mais, não é admitido mais que o Delegado, que o Detetive fiquem tomando conta de preso. Acho que isso não existe mais. O dever do Delegado é participar dos inquéritos, das investigações. A Secretaria tem de ser ágil, moderna, bem equipada. Agora mesmo estão chegando R\$12.000.000,00 para o sistema de segurança do nosso Estado, os quais foram repassados pelo Governo Federal. A manifestação que ouvimos foi a de que o dinheiro é pouco não vai dar para nada. Se ele é pouco, vamos utilizá-lo bem, ele é pouco, mas está chegando, vamos poder aprimorar ainda mais. Acho que a sociedade hoje exige a sua segurança, que se faz com recursos, com uma boa polícia, o que nós temos, e também, e principalmente, com boas leis, uma boa legislação que acompanhe a tendência de todos os Estados do nosso País, de todos os países avançados. Vamos deixar a Polícia Civil ocupando as suas tarefas, com segurança para eles, sendo bem remunerados. A Polícia Militar tem que ter a sua missão, a sua função. No caso de Minas Gerais, o preso tem que ficar a cargo, realmente, da Secretaria da Justiça, que, infelizmente, está esvaziada, é uma Secretaria fraca. Se não fortalecermos a Secretaria da Justiça, a única coisa que vai aparecer é apenas a parte que trata dos direitos humanos, que é uma outra missão da Secretaria da Justiça. Ela tem que tomar conta dos presos, construir presídios modernos, seguros, que dêem condição aos presos de viver como gente. Foi isso o que V. Exa. defendeu toda a sua vida nesta Casa. O seu nome está intimamente ligado aos direitos humanos, mas por essa visão, por esse ângulo, e não pela visão deturpada, pela visão de algumas pessoas que querem lhe imputar a pecha de que o Deputado João Leite vive para defender o bandido, o marginal. Não é dessa forma. V. Exa. sempre procurou aprimorar os direitos humanos nesta Casa. Acho que a contribuição que estamos dando é das mais importantes. Só não enxerga quem não quer, só não enxerga quem quer perpetuar uma situação que não cabe mais nos dias de hoje: deixar a cargo da Secretaria da Segurança Pública a missão de construir. Eles estão mais preocupados em manter o dinheiro em caixa, em manter a autonomia de construir cadeias ou em tomar conta, realmente, das suas missões constitucionais?

Então, Deputado João Leite, esse projeto, na nossa visão, na visão do parlamento, deve ser derrubado, porque estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema de segurança do nosso Estado. Estamos prestes a ver a união das duas polícias. É uma discussão que está se travando aqui há mais tempo. É o único Estado do País em que não há comando único. Aqui temos o Secretário da Segurança Pública e o Comandante da Polícia Militar. Quando as duas polícias se encontram vão às turras, porque não há uma convivência, não há, historicamente, essa união. Parece que são inimigas. O inimigo comum, o bandido, deixa de ser importante para que o policial militar veja, enxergue no Detetive o seu inimigo.

Então temos de mudar isso. O povo está aflito. Hoje, quando se fala em segurança pública, as pessoas, principalmente dos grandes centros, a qualificam como prioridade, ao lado da saúde, do aperfeiçoamento da educação. Temos de procurar criar boas leis e não vir aqui para este Plenário com idéias retrógradas, que prevaleceram e foram realidade alguns anos atrás. Hoje não há mais lugar para elas. Ou encaramos de vez, com responsabilidade, o setor de segurança pública, proporcionando-lhe uma caminhada estável, ou vamos nos render a interesses, a momentos. Infelizmente, quem vai pagar a conta é o povo de Minas Gerais, com angústia, com temor, pois já não pode sair de casa para ir à esquina, ao mercado, já não pode andar com tranquilidade em nossas ruas, não pode ir mais ao Mineirão porque corre o risco de levar um tiro, de ser assassinado, de ser espancado. Os nossos jovens não podem ir às escolas porque 92% das crianças de rua de Belo Horizonte fazem uso de droga. Isso quem diz são cientistas. Temos de encarar que, de 1993 a 1997, dobrou o número de estudantes viciados em nossas escolas públicas. Não podemos encobrir essa realidade, não podemos fugir dela. Temos de encará-la com responsabilidade, embora existam ainda setores que procuram manter como exemplos de segurança pública modelos que já não cabem mais em nosso Estado. Parabéns pelo seu trabalho.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Creio que o relator responde por todos nós. Será que esse modelo, esse sistema de segurança pública está atendendo ao cidadão de Minas Gerais? Essa resposta deve ser dada pela Assembléia Legislativa. Se atende, creio que a Polícia Civil tem de continuar cuidando de presos, tem de continuar construindo unidades penais, tem de continuar com os 400 policiais civis na Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves. É isso o que enfrentamos quando queremos o bem da população. Foi isso o que enfrentei na minha campanha em Belo Horizonte. O meu partido enfrentou tudo isso, pois usaram panfletos dizendo que o Deputado João Leite defendia bandidos. Foi isso que o PSB, num panfleto covarde e infame, usou contra mim em Belo Horizonte, além de usar um Delegado aposentado, de usar uma carta falando que estou ao lado dos criminosos em Minas Gerais. Temos de dar chance para que ele prove nos tribunais quando aconteceu isso.

Para me candidatar ao cargo de Prefeito de Belo Horizonte tive que tirar 17 certidões, todas negativas. Tenho uma vida limpa, honrada, ao contrário de muitos que me atacaram covardemente com panfletos de uma campanha riquíssima. A todo momento atacaram-nos com infâmias, com mentiras como essa. Mas a verdade está colocada, e é a população de Minas Gerais, Deputado Alberto Bejani, quem vai responder se esse sistema de segurança serve. Acho que temos que mudá-lo com leis.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. Gostaria apenas de dizer uma coisa que foi muito pouco falada aqui. Trata-se do porquê dessa briga a respeito da transferência para a Secretaria da Justiça, principalmente das obras que estão sendo realizadas. São cadeias chamadas de emergenciais. Elas têm que ser feitas sem licitação, porque trata-se de uma emergência. Em Juiz de Fora, por exemplo, construíram uma cadeia para 200 presos. Na antiga cadeia estavam 428 presos. O que eles fizeram, então? Levaram 200 para a nova cadeia e deixaram 228 na outra, ou seja, criaram duas cadeias públicas em Juiz de Fora, numa tal obra emergencial e sem licitação que custou mais de R\$2.500.000,00.

O Deputado João Leite - Uma pergunta: Quantos policiais civis foram deslocados de sua função para trabalhar nessa nova cadeia? Esse é um dado importante. Quantos Detetives? Quantos Delegados?

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Aí dobra-se o número de funcionários, não é? Nesse caso, são duas cadeias para tomar conta. Não é que os policiais não trabalhem, mas o número de pessoas para tomar conta dos presos aumenta.

Mas gostaria de deixar uma pergunta no ar, para o Sr. Secretário da Segurança, nosso nobre Deputado Dr. Mauro. Se ele puder responder, ficarei muito feliz. Se não puder, não será nenhuma surpresa para nós. Por que essa briga toda do senhor contra a transferência da verba para que a Secretaria da Justiça possa administrá-la com licitação e responsabilidade? Sua Secretaria já mostrou para Minas Gerais obras sem licitação. Então, Sr. Secretário Mauro Lopes - nobre Deputado Federal que nos representará maravilhosamente, com toda certeza, daqui a algum tempo, em Brasília -, fica aqui uma indagação: Por que o senhor está brigando tanto para passar essa verbinha para a Secretaria da Justiça, que é o órgão responsável para cuidar das penitenciárias em Minas Gerais? Era o que eu gostaria de perguntar. Vou aguardar uma resposta. Se ela vier, ficarei muito feliz, mas se ela não vier, também não ficarei chateado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Alberto Bejani, por sua contribuição. Encerrando este pronunciamento, gostaria de dizer que a nossa expectativa é de que a Assembléia Legislativa confirme uma legislação que é de autoria desta Casa e que já deu ao Executivo o prazo de dois anos para transferir as unidades penais. Mas, passados os dois anos, isso

não aconteceu. Em julho, o Governador mandou um pedido solicitando mais dois anos de prazo e ainda vetou algo que colocamos e que faz parte da Lei nº 12.985, que é a proibição da construção de novas unidades à Secretaria da Segurança. Por quê? Porque queremos a Polícia Civil nas ruas, dando segurança à população de Minas Gerais. Essa é a nossa expectativa em relação aos novos policiais, categoria que é tão importante. O que vemos hoje são os 8.700 policiais civis guardando presos e cuidando do DETRAN em vez de cuidar da segurança do cidadão de Minas Gerais.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Ilustre Deputado João Leite, gostaria de saudá-lo neste momento. Estamos acompanhando atentamente sua fala e sabemos que V. Exa. tem prestado valorosos serviços a Minas Gerais, preocupado, sobretudo, com a segurança, sendo, às vezes, até mal interpretado. O debate sobre a segurança está mobilizando o Brasil, e todos os seus governantes estão empenhados em diminuir a violência. Gostaríamos também de reforçar suas palavras, que foram muito esclarecedoras para todos nós.

Neste momento, o Governador veta parcialmente esse projeto, querendo prorrogar o tempo para que a Secretaria da Segurança cuide de obras de construção de cadeias e penitenciárias. E a Comissão de Direitos Humanos, por meio da CPI, detectou e tentou curar essas grandes mazelas da administração para o bem da segurança da nossa família e do nosso povo. Está bem claro que esse veto é contrário à própria história e natureza do vocábulo. Segurança cuida especificamente de segurança.

Ora, meus Deus! Ficar na Secretaria da Segurança a construção de cadeias e penitenciárias! Se fosse desse jeito tinha de passar para o DEOPS. Mas a CPI já mostrou que de direito, de boa natureza, de juízo de bom valor, isso tem de ser cuidado pela justiça ou o Governo deve dar outra destinação.

Já que a segurança é tão deficiente, como disse o Deputado João Leite, precisamos que os policiais civis e militares se dediquem à segurança. Polícia é para gerar, promover e nos dar segurança. Não entendemos o veto do Governador. Certamente foi movido por conselhos de assessores, com um espírito político ainda de disputa.

Não existe aqui, reforçando as palavras do ilustre Deputado João Leite, o espírito da Oposição de esvaziar a Secretaria. Não é a Oposição, mas as várias CPIs feitas na Casa chegaram à conclusão de que seria melhor tirar das atribuições da segurança vários setores como o DETRAN e o Instituto de Criminalística. Ainda que seu destino não fosse o que está sendo proposto, não pode ficar na segurança.

Entendemos que o problema não é só das cadeias, mas também o Instituto de Criminalística tem de ter um órgão adequado e específico. Por que ficar atrelado à segurança, sendo que a segurança é tão deficiente e precisa de muita gente na rua? É preciso também que o salário do policial civil seja equiparado ao do policial militar. Toda essa equação deverá ser feita para promover segurança.

Ilustre Deputado João Leite, gostaríamos de parabenizá-lo por sua fala esclarecedora. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço o aparte. Gostaria de dizer que somos totalmente contrário ao veto do Governador, em nome de todo o trabalho que realizamos, que a Assembléia Legislativa realizou, detectando esses problemas.

Gostaria também de lamentar a morte do Detetive da Polícia Civil nesse confronto com policiais militares. Espero que tudo seja esclarecido para a população de Minas Gerais.

Aguardamos, por parte das polícias, o esclarecimento desse lamentável episódio.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que nos visitam, telespectadores da TV Assembléia, estamos discutindo hoje se mantemos ou não o art. 7º da Lei nº 14.582, que proíbe a construção de estabelecimento de qualquer natureza pela Secretaria da Segurança Pública.

O Governador, com muita sabedoria, enviou a esta Casa a seguinte mensagem: (- Lê a Mensagem nº 142/2000, publicada na edição de 5/10/2000)

Durante a discussão do veto, ouvimos o nobre Deputado João Leite por uma hora, durante a qual foi aparteado por diversos colegas de bancada. O próprio Deputado, brilhante como é e grande orador que é, iniciou sua fala dizendo que querem atribuir a ele, ou a alguns Deputados, o esvaziamento da Secretaria da Segurança Pública. Foi além e falou do DETRAN e da polícia técnica. Não se ateu somente ao veto.

Devo dizer ao povo de Minas Gerais que, com olhos de mulher, com olhos de cidadã, com olhos de Delegada-Geral de Polícia, há 25 anos na instituição, vejo que o objetivo, sem sombra de dúvida, é acabar com a Secretaria da Segurança Pública, sim.

Quando trazemos para esta Casa uma proposta de emenda à Constituição que garante inamovibilidade aos Delegados de Polícia, vimos as Bancadas do PSDB e do PFL, que fazem oposição ao Governo Itamar, se manifestarem contra. A segurança pública precisa da inamovibilidade para que possamos fazer frente ao crime organizado, presente em nosso dia-a-dia. Estão aí o tráfico de drogas, o furto e o roubo de cargas, verdadeiras quadrilhas de furtos de veículos. Essas duas bancadas são contra a inamovibilidade porque acham que o Delegado de Polícia precisa sair, porque acham até que não têm mais poder para tirar Promotor, para tirar Juiz, para tirar Diretora de Escola. Então, o Delegado, peça fundamental no início das investigações, pode sair, por ingerência política ou por qualquer outro motivo.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - A nobre Deputada sabe do carinho que tenho por V. Exa. e da admiração por seu profundo conhecimento em todas as matérias, não só na área da segurança. Parece que não ouvi direito e gostaria que nos explicasse, assim como aos que nos acompanham pela TV Assembléia, se o PFL e o PSDB são culpados pela insegurança vivida em Minas Gerais, se o PFL e o PSDB são culpados pelo aumento da criminalidade em nosso Estado. Cuidar disso não é responsabilidade da Secretaria da Segurança e da PMMG? Não está faltando um pouco de comando por parte da Secretaria da Segurança? Não está faltando um pouco de dinheiro para que os policiais possam, realmente, combater a criminalidade? Será que estamos sonhando que a Polícia de Minas Gerais anda de revólver calibre 38 enquanto os marginais chegam a nosso Estado portando AR-15? Será que estamos sonhando quando falamos que foram construídas cadeias sem nenhuma licitação em Minas Gerais?

Questiono sem duvidar da capacidade de V. Exa., de seu conhecimento e de sua simpatia, pois a considero muito. Mas gostaria de saber se o PSDB e o PFL são culpados. Não temos nenhum cargo na Secretaria da Segurança. Será que somos culpados por tudo o que está acontecendo ou será que estamos cumprindo nosso papel de legisladores, cobrando do Governo segurança para a população? Isso foi promessa de campanha do Sr. Governador. Ou promessas de campanha não devem ser cumpridas?

Gostaria que esclarecesse sobre isso. Já peço desculpas, porque não quis machucá-la, e sim pedir esclarecimento, por saber que é doutora em segurança.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Obrigada, caro amigo Deputado Alberto Bejani, a quem tanto respeito. Falamos sobre a inamovibilidade, com relação à qual o PFL e o PSDB, pelo menos ao que me consta, são contra.

V. Exa. nos pergunta se o PFL e o PSDB são os responsáveis pela insegurança. Podemos duplicar ou triplicar o efetivo da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária ou da Polícia Federal, que a violência continuará aumentando, porque o Governo Federal que aí está, comandado pelo PSDB e pelo PFL, fez do Brasil o país com a pior justiça social do mundo.

Se o Brasil é o país campeão na injustiça, temos de buscar as causas da violência. Em nosso dia-a-dia doído estamos sofrendo lesões corporais, morrendo, pagando com o próprio sangue de nossos policiais. Essa é a razão da violência. Não temos como combater as causas, mas o Governo tem. Tem como diminuir a miséria e fazer com que o nosso povo tenha mercado de trabalho, tem como dar educação, saúde e habitação, ou seja, todos os nossos direitos constitucionais. Mas, acontece, Deputado Alberto Bejani, que não temos isso.

Deputado Alberto Bejani, no que se refere ao comando, esta Casa, sobretudo os Deputados oriundos da Segurança Pública, estão trabalhando muito por um comando único, até para não ver o que vimos no Dia de Finados, aquele triste acontecimento. Mas só isso não vai ser suficiente para diminuir a violência, pois a sua causa não está aqui, está nas políticas do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Quero dizer a V. Exa. que nem o PFL, nem o PSDB têm cargo na Secretaria da Segurança Pública. Graças a Deus essa ainda é uma Secretaria onde se encontram pessoas da Casa. São pouquíssimos os cargos que temos lá, talvez não dê para encher a mão, pois lá não há espaço para indicação de políticos. Como o PFL, o PSDB não têm, o PSB, do qual sou a Presidente, também não tem. Graças a Deus que essa Secretaria ainda é assim, que podemos fazer essa segurança.

Ouvi, com muita tristeza, o Deputado Carlos Pimenta dizer que a nossa estrutura é frágil, debilitada, que o nosso modelo não serve. Quero dizer a V. Exa., que é um grande parlamentar e um grande médico, que não conhece a área da segurança pública, que a polícia de Minas é a melhor do País. Hoje, com as propostas de emenda à Constituição do DETRAN-MG e da criminalística, com a derrubada desse veto, vamos querer fazer isto que dizem que é, mas que não é a nossa intenção: fragilizar a nossa segurança pública.

Quero lembrar aos nobres Deputados desta Casa que hoje estamos cercados por Estados extremamente violentos: Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. A violência nesses Estados, como todos os dias é divulgada, cresce a cada dia. Aqui em Minas, apesar de todas as nossas dificuldades, continuamos de pé, fazendo segurança. Não temos seqüestro e quando temos, é apurado. Temos delegacias que são referência para o mundo; temos um DEOESP atuante, uma delegacia de mulheres atuante, um departamento de investigações que é modelo e um DETRAN respeitado em todo o País. Mas quem não conhece não sabe.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero resumir o meu aparte em três pontos. Este é o primeiro de vários projetos sobre a segurança pública que estamos discutindo. Em nenhum momento - falo pelo meu partido: nenhum partido teve a oportunidade de vir a público manifestar os seus pontos de vista.

Na reunião em que V. Exa. estava, no Colégio de Líderes, V. Exa. ouviu Líderes de vários outros partidos colocarem-se abertamente contra inamovibilidade dos Delegados, mas, de maneira injusta, V. Exa. traz a pecha apenas para o PSDB e o PFL, não tendo nós sequer discutido essa questão internamente, em nosso partido. Assim que a discutirmos, viremos a público, manifestar nossa posição, nosso ponto de vista. E posso lhe adiantar que, dentro do meu partido, há Deputados que defendem essa idéia e aqueles que são contra ela. De qualquer forma, ainda não trouxemos essa discussão a público, mas vamos trazê-la, e aí, sim, V. Exa., em sua ótica, poderá falar deste ou daquele partido. Aliás, é de praxe, hoje, levar a discussão sobre tudo de ruim que acontece para o âmbito do Governo Federal e cair em cima do PSDB e do PFL, esquecendo, por exemplo, que, no âmbito federal, o PMDB e o PTB são Governo - ali, assumem uma posição diferente da que assumem aqui. Ou seja, quando a situação é boa, dizem que são Governo; quando é ruim, só jogam para o PSDB ou para o PFL. Mas não quero levantar essa questão ideológica aqui, pois este não é o momento para isso; quero apenas que se faça justiça e que se fale a verdade a respeito do que está acontecendo no País em termos dos apoios ao Sr. Presidente da República. Parecer que é só o PSDB que apóia o Presidente, mas, lá, pelo menos sete ou oito grandes partidos dão apoio aberto e explícito ao Sr. Presidente da República; têm Ministros, participam do Governo, mas aqui, em Minas Gerais, é proibido falar sobre Fernando Henrique Cardoso. Não querem nem saber o que acontece. É como se fossem dois partidos. Esse era o primeiro ponto que queria abordar.

O segundo ponto é que, em nenhum momento, teci palavras desrespeitosas à Polícia Civil. Conheço bem a Polícia Civil, onde tenho bons amigos. Conheço a Polícia Civil de minha cidade, Montes Claros, comandada pelo Dr. Francisco e vários outros delegados. Aliás, em Montes Claros, tive a oportunidade de falar com a Secretária de Justiça sobre um trabalho espetacular que a Delegada, Dra. Neusa, faz nessa cidade, no combate ao tráfico de drogas por crianças da rua, criando a guarda-mirim - e hoje vive a duras penas, com a ajuda de pessoas, para manter viva essa chama. Então, tenho o maior respeito pela Polícia Civil. O Secretário Mauro Lopes é meu amigo particular e lhe tenho o maior respeito.

Mas aqui estamos discutindo as nossas posições, para que possamos aperfeiçoar esse sistema, e acho que esse é um direito que temos. Entendo que a Polícia Civil está com desvio de função. Entendo - posso estar enganado e a Deputada pode até me convencer do contrário - que não é missão da Polícia Civil gerenciar construções físicas de prédios; para isso, temos o Departamento de Obras do Estado de Minas Gerais. Agora, se o dinheiro sai da Polícia Civil ou da Secretaria de Justiça é uma questão menor. Entendo que a Polícia Civil tem de estar bem-equipada e bem-aparelhada. Se hoje ela é a melhor polícia do Brasil, pode não o ser amanhã, se não acompanharmos a evolução e a tendência para o comando único - e esse é o terceiro ponto que queria abordar.

O comando único é uma tendência de Minas Gerais, hoje. Estou convencido de que é preciso haver uma integração e um "feedback" entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Ontem, assisti a um pronunciamento do Senador Pedro Simon, que, falando sobre a segurança e a corrupção das elites brasileiras, citou a polícia brasileira, abordando pontos que achei interessantes, como o inquérito, que, em sua visão, é o maior entrave que existe em um processo.

Então, acho que são idéias que estão surgindo, aflorando, e o que queremos é levar a discussão à exaustão. Não sou dono da verdade, e realmente conheço muito menos de segurança pública do que a Deputada, que é Delegada, e respeito a sua posição. Mas quero aprender, porque, amanhã, o meu voto vai ser importante para aperfeiçoar ou não o sistema de segurança do nosso Estado. E, como estou convencido de que o comando único é importante, Deputada Elaine Matozinhos, também estou convencido, neste momento - embora possa não ter essa convicção daqui a pouco -, de que a missão de construir prédios não deve ser dada à Polícia Civil, mas à Secretaria da Justiça, que já tem a missão constitucional de tomar conta dos presos.

Essa minha convicção baseia-se no trabalho que tenho feito. Em nenhum momento quis diminuir o trabalho da polícia; se o fiz, peço desculpas. Quando falei que ela está fragilizada é porque vejo pelo menos meia dúzia de projetos tramitando na Casa sobre a segurança pública. Cada um deles, quer queira ou não, atinge de forma frontal o sistema de segurança do nosso Estado.

Quero o melhor sistema, tenho família, tenho filhos, tenho a minha vida e vejo o que sofre hoje o belo-horizontino por falta de segurança. Quero aprender a fazer segurança, como legislador, não como Detetive ou Delegado. Não sei usar arma, nunca usei arma na minha vida. A minha arma é a legislação, é o meu trabalho como legislador. E quero fazer dessa arma, desse trabalho, um instrumento para ajudar o sistema de segurança pública do nosso Estado.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Agradeço o aparte do Deputado Carlos Pimenta, que diz que fizemos essa introdução na questão da inamovibilidade, que terá momento oportuno; disse que essas bancadas estão contra, porque essa informação me foi passada por alguns Deputados desta Casa. Fiz referência porque V. Exa. disse - depois se desculpou, e aceitamos as desculpas - que a Secretaria da Segurança Pública é frágil.

Quero dizer, desta tribuna, ao povo mineiro que não é, não. V. Exa. bem reconhece que temos as melhores polícias deste País, portanto não podem ser fragilizadas. Quero discutir com todos os parlamentares o que está acontecendo, porque a nossa responsabilidade é muito grande. Graças a Deus tive a disposição de colocar o meu nome para concorrer a uma vaga nesta Casa, fui eleito e tenho a oportunidade de contribuir, porque conheço profundamente a segurança pública. Foram 21 anos à frente da polícia operacional. Conheço a Secretaria da Segurança Pública como conheço a casa onde moro.

Antes de entrarmos na questão do veto, quero reportar-me ao discurso do Deputado João Leite, quando fala sobre o DETRAN. Ele se diz estudioso de segurança pública e não entende por que temos Detetives vistoriando os carros.

O DETRAN é um órgão importantíssimo, que não pode sair da área da Segurança Pública, porque a nossa segurança ficará prejudicada. Por mais que o Deputado João Leite tenha se esforçado, carregando a bandeira dos direitos humanos e o estudo sobre a segurança pública, participando de debates e viajando ao exterior, desconhece que dentro do plano de carreiras da Segurança Pública há o cargo de Vistoriador de Veículos. Se conhecesse, não falaria que o Detetive deve fazer investigação. Os Vistoriadores de Veículos permitem que os carros emplacados em Minas tenham respeitabilidade. Muitas vezes permitem que carros furtados no Norte ou no Sul do País sejam detectados no momento da vistoria e a vítima seja ressarcida.

Sobre a taxa de segurança - por que não se passa o dinheiro para outras mãos e a Secretaria abre mão da taxa -, quero dizer, Deputado Alberto Bejani, que temos hoje 47 mil mandados de prisão para cumprir. Tivemos uma luta muito grande para que essa taxa, que ia para o caixa único do Estado, fosse para a área da segurança, para que pudéssemos fazer o que estamos fazendo, o que, diga-se de passagem, está longe do ideal, mas pelo menos estamos podendo fazer.

Vamos agora à questão do veto propriamente. Se não mantivermos esse veto, a Secretaria da Segurança Pública não terá como construir as suas cadeias - já não falo nem nos grandes cadeiões. O que temos hoje no Estado, seja administrado pela Secretaria da Segurança Pública, seja administrado pela Secretaria da Justiça, enfim, onde se colocam os presos, não

atende a nem 1/3 da demanda. E aí veremos o que a minha fraterna e diletta amiga Deputada Elbe Brandão, com a Comissão de Direitos Humanos, viu na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes: homens amontoados, celas abarrotadas, sem a menor condição de dignidade ou de recuperação.

A Secretaria da Segurança Pública não pode construir uma cadeia, um sistema prisional, mas todos os dias chegam centenas de presos para as mãos das autoridades policiais, quer sejam presos em flagrante delito, quer sejam em cumprimento de mandado de prisão, quer sejam presos por decreto de prisão temporária. O que vamos fazer com esses presos, Deputados? Só se os levamos para as nossas casas! Já não temos onde colocá-los!

O avanço que a Secretaria da Segurança alcançou com a construção dos CERESPs foi importantíssimo.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Deputada, tenho informações procedentes de que V. Exa. foi brilhante em sua carreira. E a demonstração patente está em que a sua classe, reconhecendo o brilho do seu trabalho, mandou-a para este parlamento. Mas percebo que V. Exa., com o seu discurso, que é brilhante, demonstra uma certa contradição, que precisa ser corrigida. E tenho a certeza de que, despertada, V. Exa. terá a hombridade, a decência e a elegância de dizer que está equivocada.

Não estamos discutindo a proibição de se construírem cadeias, de forma alguma. O paradoxo está exatamente em que, ao mesmo tempo que V. Exa. defende o aprimoramento do sistema de segurança, defende o desvio de função. É exatamente isso que não pode ocorrer. O policial precisa ser valorizado, precisa estar mais bem-armado, precisa ser mais bem-educado para exercer com dignidade a sua missão e auferir bons resultados. O que condenamos - e que V. Exa. defende, num procedimento contraditório e paradoxal - é o desvio de função. Por que a Secretaria da Segurança deve construir cadeia? Isso é missão dela? Não foi, não é e não deve ser jamais, V. Exa. Temos o Departamento de Obras. Qual a razão de se entregarem recursos para a Secretaria? O que ela precisa promover é a segurança do povo.

Como disse o Deputado Carlos Pimenta, o belo-horizontino está sofrendo demais com a insegurança. Ninguém está podendo rezar nas igrejas do centro porque as suas praças estão ocupadas por marginais. Lamentavelmente, é isso.

É a falência do sistema por falta de uma boa gestão. Temos excelentes profissionais, mas está faltando - quem sabe? - bons comandantes. O que condenamos, V. Exa., é o desvio de função. O recurso que há de ser aplicado, devem ser construídas cadeias, mas há os meios próprios, há as entidades próprias, há os órgãos próprios para se fazer isso. Não é função da Secretaria da Segurança. Se isso ocorrer e esse veto for mantido, haverá o desvio de função, a superposição de funções e, quando todo o mundo tem o dever de fazer, ninguém faz, e os nossos prisioneiros continuam sendo tratados como animais, porque não é para colocar Soldado, Delegado, Detetive vigiando preso, acabei de dizer isso. É preciso colocar sociólogos, assistentes sociais, pessoas que preparem esses indivíduos que foram afastados temporariamente para que eles possam retornar à sociedade prestando benefícios. É isso o que tem de ser feito. Não condenamos a construção de cadeias, condenamos o desvio de função.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Nobre Deputado Ermano Batista, queria dizer a V. Exa. que esta Deputada que aqui está é pessoa decente, tem hombridade. Não estaríamos aqui nem teríamos as qualidades profissionais que V. Exa. mencionou se não tivéssemos esses atributos. O que acontece é que os nobres colegas e amigos que pediram aparte o fizeram antes que eu concluísse a minha fala. Não estou defendendo que a Secretaria da Segurança Pública tenha sobre os seus ombros 12 mil presos, quero dizer aos Deputados desta Casa e ao povo mineiro que isso é uma cruz de chumbo nos nossos ombros. Não queremos isso. Definitivamente, não queremos. Tanto não queremos, que já se estabelece o prazo de transferência, tanto não queremos - e parece que essa não é só posição deste Governo, mas também do Governo anterior -, que muito poucas unidades foram transferidas para a Secretaria da Justiça. Não queremos isso, definitivamente. Entre o que desejamos e a nossa realidade há um diferencial muito grande. Ao dizer que o DEOP vai construir cadeias para esperar seis meses de licitação mais não-sei-quantos anos para construí-las, enquanto os nossos presos não têm sequer local à noite para esticar as pernas, há uma diferença muito grande. Foi emergência, sim, porque a Deputada Elbe Brandão viu ontem ou anteontem - não sei o dia em que ela fez a visita à Divisão de Tóxicos - a situação desses presos. Então, Deputado, a minha fala não é contraditória. Eu não quero e tenho a certeza - e falo pela Secretaria da Segurança Pública - de que o Sr. Secretário, o Conselho Superior de Polícia, os nossos Detetives, os nossos Escrivães, os nossos Carcereiros, e até tomo a liberdade de dizer, a própria Polícia Militar não querem isso. Ninguém quer. Não é nossa função e não queremos, mas para onde vamos levar os presos? Volto a perguntar: para a nossa casa? O que precisamos, Deputado, é um Governo com vontade política para fazer isso, vontade política que não ocorreu no Governo passado, o do Governador Eduardo Azeredo, e que não ocorreu ainda este ano. Falta vontade política, sim. Acho - e quero que o Sr. Secretário tenha conhecimento disso, pois já disse isso a ele numerosas vezes - que temos de transferir imediatamente esses presos para a Secretaria da Justiça. Não queremos ter esse barril de pólvora na mão, volto a dizer, essa cruz de chumbo nos nossos ombros.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Um pequeno aparte, Deputada. Se vontade política constrói cadeia, então houve vontade do Governo passado. Foram construídas Epaca, Teófilo Otôni, Ipaba. Pergunto a V. Exa.: o que o seu Governador fez até hoje?

A Deputada Elaine Matozinhos* - Não ouvi. Ele fez o quê, Deputado? Pode repetir, por favor? Não ouvi.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Se vontade política é construir cadeias, Azeredo construiu Ipaba, Teófilo Otôni e Epaca em Governador Valadares, ou seja, três grandes penitenciárias. V. Exa. disse que, no Governo passado, não houve essa vontade. E o seu Governo, o que fez?

A Deputada Elaine Matozinhos* - Acho que não estamos aqui para discutir governos. Essa questão ideológica...

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Mas V. Exa. faz menção ao Governo passado como desinteressado por essas questões.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Tão desinteressado que deixou 47 mil mandados de prisão para cumprir. Que construiu 10 vezes mais do que construiu, que construiu muito mais, porque a CPI carcerária foi feita no seu Governo. O Presidente era um Deputado do seu partido. Que ele construiu muito mais. Agora, não vêm trazer essa responsabilidade, como se fossem salvadores da pátria. É isso, sim, Deputado João Leite, que deveria ser feito naquele momento. Não vou mais conceder apartes, porque me parece que os Deputados do PSDB estão achando que, talvez, por eu ser Deputada de primeiro mandato, vão tomar o meu tempo. Não sou tão ingênua, mas digo a V. Exas que, por tudo que foi feito nesta Casa, pelo brilhante trabalho que foi feito, que ele fizesse muito mais, porque largou, na mão da Secretaria da Segurança Pública, 47 mil mandados de prisão.

Hoje tenho certeza de que esse número já aumentou. Quarenta e sete mil pessoas deveriam estar nas cadeias e não estão, porque não há local para isso. Essa é a realidade nua e crua. Quando a Secretaria de Segurança Pública, com os poucos recursos que tem, quer e deseja resolver o problema sério do amontoado de presos que temos aqui, querem proibir até que se construam cadeias. Não queremos construir cadeias, não queremos construir CERESPs, não queremos dar continuação a isso. Queremos, sim, vontade política, que o Governo resolva, mas quero dizer aos Deputados desta Casa que nem por isso temos de engessar, amarrar a Secretaria de Segurança Pública, por que amanhã ela vai fazer o que com seus presos? Onde ela vai colocá-los? Volto a perguntar a parlamentares e às pessoas de boa-vontade se estão dispostos a levar esses presos para casa. Vamos deixar a Polícia Civil com a batata quente nas mãos? Isso cai nos nossos ombros, não é nos ombros da Secretaria da Justiça, não é nos ombros dos nossos companheiros da Polícia Militar. Isso cai é nas mãos do Delegado de polícia, que já está fazendo como no setor da saúde, ou seja, quando se quer uma vaga no CTI, pergunta-se qual é o doente mais grave. No nosso caso, pergunta-se também qual é o crime mais grave. Essa é a nossa realidade.

Gostaria de pedir aos Deputados desta Casa que votem pela manutenção desse veto.

O Deputado Chico Rafael (em aparte)* - Quero solidarizar-me com V. Exa. Respeito seu posicionamento em relação a essa questão dos presídios. Se não for a mais, V. Exa. é uma das mais abalizadas pessoas para abordar assuntos dessa natureza nesta Casa, tendo em vista seu trabalho como Delegado durante muitos anos junto à Secretaria da Segurança.

Quero, ainda, testemunhar o trabalho do Secretário Mauro Lopes em relação à questão dos presídios, cadeias e delegacias. Ele autorizou, há poucos dias, a construção de um novo presídio e de uma nova delegacia de segurança pública no Município de Pouso Alegre.

Por isso, o PSB está junto com a senhora nesse movimento. Esperamos que se concretize de forma realista essa questão dos presídios, para que possamos pelo menos tentar tirar das ruas esses 47 mil marginais que estão infestando a sociedade mineira.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Muito obrigada, nobre Deputado Chico Rafael. Quero dizer que essa lei aprovada aqui teve o seu art. 7º vetado e, sem sombra de dúvida, a

Secretaria da Segurança poderá construir essa cadeia para atender à população daquela cidade, com a qual V. Exa. tem responsabilidade política. Tenho também a certeza de que, imediatamente depois disso, essa responsabilidade será transferida para a Secretaria da Justiça.

O que eu gostaria que esta Casa e os nobres Deputados entendessem é o momento que estamos vivendo. Não queremos os presos com a Secretaria da Segurança Pública. São 12 mil homens recolhidos sob sua guarda. Isso tem desviado os nossos policiais e nos trazido muitos problemas. Como eu disse, isso é uma verdadeira cruz de chumbo em nossos ombros. Mas a realidade é a que estamos vivendo. Então, por que não manter o veto do Sr. Governador neste momento, para que a Secretaria da Segurança Pública possa atender emergencialmente a esses casos e, em seguida, transferi-los para a Secretaria da Justiça, ou até que encontremos outro mecanismo?

Cabe às duas Secretarias e ao Governo do Estado verificar qual é o mecanismo que teremos para a construção de novos presídios. Mas engessar a Secretaria da Segurança Pública para que não construa uma cadeia, eu diria que é um grande desserviço à segurança. Estamos em um Estado com 853 municípios e sabemos que existem infratores da lei em mais de 800 deles. Sabemos também que a Secretaria da Justiça não tem penitenciárias nas diversas regiões. Precisamos construir as cadeias, mesmo nas cidades menores, nas cidades de pequeno porte, onde existem mandados de prisão a serem cumpridos. Se não pudermos construir as cadeias, o que vamos fazer com os presos? Levá-los para casa? Levar para onde?

Finalizando nossa fala, gostaria de solicitar aos nobres Deputados que mantenham o veto do Sr. Governador. A Secretaria da Segurança Pública não deseja e não quer continuar tendo os 12 mil presos sobre seus ombros, mas, no momento, precisa viabilizar pelo menos a construção das cadeias. Quando falamos isso, não estamos sendo incoerentes. Fazemos a defesa do momento em que vivemos, da realidade. E entre a realidade que temos e a que buscamos existe uma distância muito grande.

Quero saudar, com muita alegria, os nossos amigos, bravos policiais civis do SINDIPOL, que estiveram aqui, ontem, para, conosco, clamarem por justiça no caso do nosso Detetive que foi barbaramente assassinado por alguns componentes da Polícia Militar. Hoje, meus diletos amigos e companheiros, estamos aqui com outros desafios, como o veto do Sr. Governador.

Muitos outros virão. Há uma proposta de emenda à Constituição com o plano de se tirar o DETRAN da Secretaria da Segurança, transformando-o em autarquia. Temos o Rio Grande do Sul como exemplo onde a autarquia é um antro de corrupção já mostrado e publicado por jornais daquele Estado a cada momento. Dizem que tirar o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal da Polícia Civil é colaborar com a segurança, pois isso é desvio de função. Também disseram hoje que vistoriador de veículos é desvio de função. Fala isso quem não conhece nossa estrutura.

Não precisamos ir longe para ver outro exemplo. No Rio de Janeiro, deu no que deu a separação da polícia técnica da Polícia Civil. São vários os fatos que ocorreram em Estados vizinhos.

Hoje, nosso Sindicato de Policiais Civis é atuante, combativo e não se deixa envergar. Quero aqui conclamar nossos companheiros, que estejam aqui, que a Polícia Civil esteja aqui para ver quem é que está do lado da Segurança Pública, quem quer uma segurança pública melhor.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Agradeço. Mesmo que V. Exa. tenha anunciado que não concederia apartes, usei solicitar a V. Exa. um breve aparte só para manifestar uma posição pessoal. V. Exa. defende que a Secretaria de Segurança continue a construir prédios.

A Deputada Elaine Matozinhos - Momentaneamente.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Entendo a posição de V. Exa., que vê, como todos estamos vendo, a necessidade de se construir presídios e cadeias, pois há uma grande carência em todo nosso Estado.

Seguindo o mesmo raciocínio de V. Exa., se a Secretaria da Segurança se dispõe a construir as cadeias e transferi-las para a Secretaria da Justiça, por que não transferir a verba excedente para construir cadeia por convênio, para que a Secretaria da Justiça construa esses próprios para recolhimento de infratores e correção de pessoas desajustadas em nossa sociedade, as quais precisam passar por essa punição, pois têm condenação a ser cumprida? Por que não transferir os recursos para que a Secretaria específica faça a construção? Queremos ver a Secretaria da Segurança oferecendo segurança para o nosso povo.

Hoje, em todo o Estado, até nas menores cidades, a população clama por um incremento de segurança e a Secretaria da Segurança desvia de sua finalidade-fim para construir obras. Logo teremos na Secretaria da Segurança um quadro de engenheiro e arquitetos. Queremos a Secretaria da Segurança cuidando de segurança, alocando recursos para a segurança. Se existe esse dinheiro sobrando, se a Secretaria de Segurança tem dinheiro para construir presídios, que o transfira, por convênio, para a Justiça construir o presídio e cuidar dos presos. É esta a sugestão que gostaria de apresentar, agradecendo a V. Exa. por esse aparte que me concede.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Nobre Deputado Sebastião Navarro Vieira, a fala de V. Exa. é a mais procedente possível. Não temos dúvida de que os presídios precisam e devem ser construídos pela Secretaria da Justiça. Mas esse recurso, Deputado, vem da Taxa de Segurança Pública, que é da Segurança Pública.

Quero dizer ao Sr. Secretário para que tenha a maior cautela quanto a essa verba. Ela é da Segurança, que canaliza seus recursos para fazer face a todo o nosso trabalho.

O que queremos é que seja mantido o veto, para que, momentaneamente, a Secretaria possa resolver o problema dos presos. Não queremos ficar com eles.

De que forma o dinheiro vai ser passado? A Secretaria da Segurança teria disponibilidade de passar para a Secretaria da Justiça? Esse é outro passo.

Esta Casa e o Governo do Estado têm de buscar recursos financeiros para a construção do presídio. O que não podemos é derrubar o veto e inviabilizar a possibilidade de tirar as pessoas que estão na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes.

É certo, a colocação é justa. Não queremos presos conosco, mas nossa realidade hoje é esta. V. Exa., Deputado João Leite, sabe muito bem como as coisas acontecem aqui. Levam meses. Aliás, como Delegada de Polícia por 21 anos no Poder Executivo, preocupou-me bastante, ao chegar no Legislativo, constatar como as decisões aqui são demoradas.

Disponho-me a estar com V. Exa., com o PFL, com o PSDB e com todos os partidos desta Casa, para sensibilizar o Governador e a Secretária da Justiça a tirar, o mais rápido possível, essa cruz de chumbo dos nossos ombros. Infelizmente, a realidade hoje é outra. Como vai ficar um Delegado de Polícia quando chegar um traficante, um seqüestrador, um estuprador na sua frente, sem ter onde colocá-los?

Ocupo a tribuna para pedir aos Deputados que mantenham o veto do Governador. Mantê-lo não implicará transformar a Secretaria da Segurança Pública em secretaria de obras. Definitivamente. Eu mesma me posiciono contra isso. Precisamos encontrar formas de resolver o problema emergencial, que é sério, que é gravíssimo. Uma vez resolvido, aí sim, vamos levar os presos para a Secretaria da Justiça.

Tenho certeza de que o que se quer é esvaziar a Polícia Civil e a Secretaria da Segurança Pública. Não sou a única a saber disso. Minas Gerais sabe muito bem o que se busca com as propostas de emenda à Constituição encabeçadas pelo nobre Deputado João Leite, que se diz estudioso da segurança pública. O que se quer é enfraquecer a Polícia Civil, acabar com ela ou, quem sabe, sepultá-la para sempre.

Os Deputados desta Casa vão entender nossa fala depois de ler atentamente os ofícios encaminhados pelo Secretário da Segurança Pública, cuja posição é igual à nossa, ou seja, a de não esvaziar e não acabar com a Secretaria.

Deputado João Leite, apesar de sermos radicalmente contra as questões da polícia técnica e do DETRAN, que ainda temos oportunidade de discutir, somos a favor de tirar os presos da Secretaria da Segurança, só que não da forma como se propõe. V. Exa. sabe muito bem disso porque lutou no Governo passado, Governo de seu partido, e não conseguiu transferir todos os presos. Ficaram 12 mil conosco, e continuamos recebendo mais. O que vamos fazer com eles?

Para não engessar a Secretaria da Segurança Pública, para não a deixar entre a cruz e a caldeirinha, para não abandonar as autoridades policiais num verdadeiro barril de pólvora, pedimos a manutenção do veto do Governador.

E que os parlamentares desta Casa - Situação, Oposição, Delegada, médicos, advogados - estejamos todos juntos na grande caminhada em busca da vontade política de tirar os presos da Secretaria da Segurança Pública.

O Secretário da Segurança Pública é injustiçado quando afirmam, da tribuna, que queremos manter os presos conosco. É uma injustiça e uma inverdade. Não é o que queremos. Devemos buscar a vontade política da Sra. Secretária da Justiça e do Sr. Governador para transferirmos esses presos. Daí a impedir a Secretaria da Segurança Pública de construir cadeia no Norte de Minas, no Sul de Minas ou no Noroeste de Minas há, sem sombra de dúvida, uma distância muito grande. Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. Paul Green, Superintendente-Chefe da Scotland Yard.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado João Leite, pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Deputado João Leite - Lamento a maneira como a Deputada Elaine Matozinhos refere-se ao meu trabalho parlamentar e à minha pessoa. A Deputada, que já utiliza as publicações do seu gabinete para tentar, de alguma maneira, enxovalhar minha imagem, agora usa a tribuna da Assembléia Legislativa para dizer que quero destruir a Polícia Civil.

É lamentável que a Deputada utilize desses recursos porque lhe faltam argumentos para convencer os Deputados a manter o veto do Governador. É objetivo da Polícia Civil e da Secretaria da Segurança Pública a construção de prédios penais?

A Deputada esquece que o projeto de lei que deu origem à Lei nº 12.985 foi aprovado em julho de 1998. A Deputada tenta me acusar de ter presidido uma CPI durante o Governo do meu partido. Naquele Governo houve quatro transferências de unidades penais, enquanto neste Governo não houve nenhuma. Se é vontade da Secretaria da Segurança Pública transferir a guarda de presos para a Secretaria da Justiça, isso já deveria ter acontecido há mais tempo. Por isso não aceito a acusação de querer destruir a Polícia Civil. Querer a saída de 12 mil presos da guarda de Detetives e de Delegados é destruir a Polícia Civil? Querer que o DETRAN seja administrado por outra Secretaria é destruir a Polícia Civil? Querer que a Polícia Civil esteja nas ruas, onde é valorizada, cuidando da segurança do cidadão mineiro, é destruir a Polícia Civil? Ora, o argumento é fraco. Quer que a Secretaria da Segurança permaneça construindo unidades penais sem licitação?

Elogio a iniciativa do Deputado Márcio Cunha em propor a criação da Ouvidoria de Licitações do Estado de Minas Gerais, realmente necessária. No ano passado e neste ano a Secretaria da Segurança Pública construiu três unidades sem concorrência. Observamos que é também praxe do PSB construir sem licitação, caso da obra na Av. do Contorno, repartida em 12 lotes. Também sem licitação se dá a contratação de "diretores de teatro" para o Orçamento Participativo.

Por isso venho em boa hora ajudar na aprovação da Ouvidoria das Licitações do Estado de Minas Gerais. Espero que esse argumento de que o Deputado João Leite quer acabar com a Polícia Civil derrubando um veto para que a Secretaria da Segurança não construa mais cadeias e não imponha aos Detetives e Delegados a guarda de presos, como acontece hoje, não convença os Deputados.

Será que é realmente necessário termos 400 policiais civis na Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves? Interessa à população de Minas Gerais, de Belo Horizonte, que eles estejam lá guardando presos? Espero que a Deputada fique nessa linha de argumentação, que não faça ataque pessoal, dizendo que tenho a intenção de acabar com a polícia. Essa não é a minha intenção.

Por que a Polícia Civil tem de guardar presos, por que tem de construir unidades penais? Os Deputados querem essa resposta. Essa é a argumentação que deve ser defendida aqui em Plenário, e não dizer que um Deputado é contra a polícia, pois não é verdade. Lamento que essa seja a linha de argumentação da Deputada Elaine Matozinhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja registrar o reconhecimento desta Casa com relação à defesa que V. Exa. faz da corporação a que pertence, a Polícia Civil. Mas também deseja registrar o reconhecimento que a Casa tem com relação ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Direitos Humanos, presidida por longo tempo pelo Deputado João Leite, que desempenhou um trabalho reconhecido por todos os Deputados.

A Presidência entende que esse é um assunto apaixonante e preocupante. Qualquer homem público deste Estado, deste País, com responsabilidade, preocupa-se com a realidade dos mineiros no que diz respeito à segurança pública.

Participei de uma eleição municipal numa cidade-pólo e nunca imaginei que a segurança estivesse tão forte no subconsciente das pessoas, como pude presenciar em Uberaba. Acredito que essa seja a realidade em todo o Estado, pois é um assunto preocupante. Temos de ir fundo, a Casa tem uma responsabilidade muito grande. Temos de denifir alguns pontos nesse caso.

A Presidência solicita aos Deputados que fiquem no campo das idéias, e não no das ofensas pessoais.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sr. Presidente, em momento algum tentamos denegrir a imagem do Deputado João Leite, reconhecido por todos como um parlamentar sério, honesto, uma pessoa que, às vezes, tem as melhores intenções.

Quero dizer ao Deputado João Leite que em momento algum, nos encaminhamentos de gabinete, tivemos uma posição que não fosse a real. Quando os nossos policiais nos cobram o que está acontecendo na Casa sobre o DETRAN e criminalística, temos de dizer - porque todos sabem - que são propostas de emenda à Constituição encabeçadas pelo Deputado João Leite. Então, a discussão, a proposta, foram feitas por ele. Então, o Deputado tem de entender que não temos como falar que as proposições vieram do nada, vieram encabeçadas por ele. Não temos nada de pessoal contra o Deputado João Leite, nós o respeitamos; agora, queremos que a polícia tenha conhecimento do que acontece nesta Casa. É o meu dever, é minha obrigação, pois sou uma Delegada, uma policial. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão da oradora.

ATA DA 118ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 8/11/2000

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Acordo de Lideranças; decisão da Presidência - Questão de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.215/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.223/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.240/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.215, 1.223 e 1.240/2000; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião o parecer do Grupo Parlamentar Constituído para Conhecer das Solicitações de Acesso a Documentos Sigilosos, apreciado na reunião extraordinária realizada ontem, à noite; a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99 e os Projetos de Lei nºs 451 e 774/99 e 801/2000, que receberam emendas na referida reunião e foram devolvidos às comissões; fez retirar, também, o parecer sobre a indicação do Sr. Fausto Ferrer Fróes para Superintendente da FHEMIG e o Veto à Proposição de Lei nº 14.578, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã; bem como o Veto à Proposição de Lei nº 14.582, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3/99 e 36/2000 e os Projetos de Lei nºs 607 e 615/99 e 846, 890, 955 e 1.084/2000, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde; e fez retirar, ainda, o Projeto de Lei nº 1.044/2000, que recebeu emendas em Plenário, na referida reunião, e foi devolvido à Comissão do Trabalho; o Projeto de Lei nº 513/99, que, por acordo de Lideranças, foi retirado da pauta, e o Projeto de Lei nº 830/2000, que teve adiada sua discussão por 5 dias.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da ordem do dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por cinco minutos, para aguardar que sejam preenchidos os pressupostos processuais para a apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.215, 1.223 e 1.240/2000. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

- Vem à Mesa:

Acordo de Lideranças

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa acordam em que seja dispensado o interstício regimental na apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.215, 1.223 e 1.240/2000.

Sala das Reuniões, 8 de novembro de 2000.

Decisão da Presidência

A Presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembléia, 8 de novembro de 2000.

Durval Ângelo, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Questão de Ordem

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, gostaria de informar aos funcionários presentes que agora, neste momento, o Regimento Interno foi cumprido. Mas hoje, na sessão da tarde, vimos que o Regimento da Casa foi rasgado.

No momento em que as pessoas buscam e lutam por uma democracia, que veio a custa de tortura, a custa da dor e do sangue do nosso povo, não a vimos acontecer aqui. Vimos uma verdadeira ditadura, o Regimento da Casa ser rasgado. Não sei qual é o pior crime: se é a ditadura ou rasgar lei. Isso aconteceu, senhores funcionários, na reunião que todos puderam acompanhar.

Só assinei o acordo em homenagem aos funcionários que aqui estão. Do contrário, não teria assinado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.215/2000, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.215/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.223/2000, da Procuradoria-Geral de Justiça, que reajusta o valor do índice básico de vencimento e provento dos servidores do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.223/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.240/2000, da Mesa da Assembléia, que reajusta os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.240/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, fomos o relator de um dos projetos, o do Ministério Público, e acompanhamos essa discussão na Casa e nos outros Poderes envolvidos. Quero registrar o empenho das associações e dos sindicatos dos funcionários, que, desde o primeiro momento, acompanharam a questão, e, mais ainda, trazendo sugestões ou até a preocupação da categoria, de que poderia estar havendo um processo passível de evolução, um processo que permitisse aos funcionários de níveis mais baixos ter uma recuperação salarial maior que os de nível mais alto.

Acho que esse movimento não morre aqui, é necessário que continue. O que queremos nesta Casa, como representantes do povo de Minas Gerais, e os funcionários, através de seus representantes, é que haja maior equilíbrio, maior justiça. E esse foi um momento marcante porque assistimos à manifestação, à presença e até, vamos dizer, àquela pressão justa e legítima para que pudéssemos pensar em outras formas de reajuste.

Acho que, em todo o episódio, a Assembléia sai engrandecida, os Poderes saem engrandecidos, e, sem dúvida alguma, é uma grande vitória dos funcionários desta Casa, do Ministério Público e do Judiciário.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais companheiros, gostaríamos, também, de declarar nosso voto, dizendo que esta Casa deu mais um grande exemplo, ao externar seu espírito de reconhecimento do trabalho prestado pelos servidores do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Tive a oportunidade, logo depois do reajuste dado aos funcionários do Executivo, de ocupar esta tribuna, cobrando a extensão do tratamento dado ao Executivo aos demais Poderes. Entendemos que esta Casa saiu vitoriosa ao restabelecer a justiça para com esses funcionários. Estão de parabéns os funcionários que acompanharam, desde o primeiro momento, a votação desses três projetos. Estão de parabéns os funcionários do Ministério Público, do Judiciário e do Legislativo, que são os braços dos Procuradores, Promotores, Juizes e Deputados. Não poderíamos deixar de atender à reivindicação justa e merecida desses funcionários.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com satisfação que participamos desse momento em que esta Assembléia Legislativa resgata o direito dos servidores do Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo. Precisamos reconhecer o brilhante trabalho desta Casa, sendo nossa Assembléia exemplo e modelo para todo o Brasil. Os funcionários desta Casa têm sido extremamente dedicados, no exercício de sua função, para o engrandecimento do parlamento mineiro. Além desta Casa, temos também a satisfação de contemplar, com o merecido reajuste, os funcionários do Ministério Público e do Judiciário.

Como advogado que sou, conheço de perto a responsabilidade do servidor do Judiciário e do Ministério Público. Quero saudar todos os servidores que aqui se encontram. Fica registrada nossa satisfação, já que é nossa obrigação cívica, como parlamentares, resgatar os legítimos direitos dos servidores. Temos a certeza de que estamos, nesta noite, assinalando um ponto na nossa vida parlamentar. Não mais podemos ficar aguardando o eterno prolongamento dessas discussões, pois conhecemos os bons serviços prestados por esses servidores a Minas Gerais. Parabênico o sindicato pela prova inequívoca de força, participando efetivamente de todas as reuniões, sensibilizando os Deputados e o povo mineiro para sua causa.

Receba o sindicato, nas pessoas de seus funcionários, as homenagens e os agradecimentos desta Assembléia por tudo que representam. Estão de parabéns.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados funcionários da Assembléia Legislativa, como Vice-Líder do PDT e membro da Comissão de Justiça, tendo sido o relator do projeto que concedeu aumento aos funcionários do Judiciário, devo dizer que, ao saudá-los e abraçá-los, faço isso de maneira feliz. Por meio de vocês, dos nossos funcionários de gabinete, temos conseguido fazer um grande trabalho nesta Casa. E devemos muito aos funcionários. Para todos os funcionários, os da Assembléia Legislativa, os do Ministério Público e os do Poder Judiciário, vemos que a justiça se fez. O esforço concentrado que fizemos para efetivar essa medida valeu a pena. Não fizemos mais do que a nossa obrigação. Vocês são a razão do sucesso das nossas vidas parlamentares, da referência que tem esta Assembléia em todo o País. Graças aos profissionais que trabalham aqui, sabemos que a Assembléia de Minas é motivo de orgulho para todos nós, mineiros.

Fica consignado nosso aplauso e, acima de tudo, nossa gratidão pelo que vocês fazem pela nossa atividade parlamentar, por esta Casa, por Minas Gerais e pelo País. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Serei breve, Sr. Presidente. A pedido da Liderança do PT, do Deputado Ivo José e do Deputado Adelmo Carneiro Leão, faço essa declaração de voto em nome de todos os Deputados do PT.

O que foi possível conceder de reajuste ao funcionalismo público este ano, tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário, é, sem sombra de dúvida, mais do que justo. Há um processo conservador existente no Brasil, que procura o desmonte do serviço público, como se ele fosse o responsável pela crise neste País. As medidas recessivas forçam uma piora na qualidade do serviço público. Isso precisa ter um fim. É claro que o aumento que conseguimos para o Executivo, para o Judiciário e para o Legislativo é muito menos do que o que a inflação acumulada corroeu do salário dos servidores, ao longo desses seis anos sem reajuste. Mas é um passo importante para acenarmos para uma nova política salarial, que precisa ser posta em prática em Minas Gerais e no País.

Apresentamos, em nome da Bancada do PT, num dos projetos apresentados, no caso do aumento dos funcionários da Assembléia Legislativa, uma emenda que possibilitava pelo menos iniciar uma discussão sobre que tipo de reajuste seria necessário no serviço público, a fim de que haja justiça salarial para essa categoria. Achamos mesmo que, no Brasil, há necessidade de se discutir um processo mais global de divisão de renda.

É claro que isso foi apenas um "simbologismo" que apresentamos, mas que reflete um ideal e um pensamento que temos: ou existe, de fato, divisão de renda no Brasil, ou não faremos justiça social. Infelizmente, não foi possível aprovar, desta vez, um tipo de política, aqui, na Assembléia, que iniciasse esse processo. Mas, certamente, faz parte do nosso pensamento; isso tem que ser uma política mais global, é preciso haver um reajuste maior para quem ganha menos, um reajuste menor para quem ganha mais. E não apenas do ponto de vista de salário, que é até pouco, mas de divisão de renda de maneira global no País. E, do ponto de vista de salário, é necessário ser discutido inclusive o dos parlamentares, no sentido de se fazer justiça social com o dinheiro público. É essa a declaração que faço em nome da Bancada do PT. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, serei breve, temos que acabar com essa novela sobre o aumento. Gostaria de parabenizar o sindicato e as associações. Acho que estamos apenas começando a discutir um reajuste, porque 10% foi pouco, a partir do momento em que tivemos uma inflação de mais de 50% nesses seis anos. Houve aumento de água, luz, cesta básica; aumentou tudo, e não houve aumento do salário do pessoal. O sindicato fez essa camisa amarela, com certeza porque já não estava agüentando mais e, por dentro, já está vermelho de raiva, porque tudo sobe neste Brasil, menos o salário dos nossos servidores. Estamos começando a discussão, porque 10%, na minha opinião, é pouco. A partir de agora, temos que pensar num aumento anual, que acompanhe pelo menos o índice do salário mínimo. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Genaro - Não vou falar muito, porque esses microfones estão mais disputados do que o tanque de Betesda - isso é para quem conhece a Bíblia, Sr. Presidente. Quero apenas dizer que estão de parabéns, porque lutaram, batalharam e fizeram barulho. É assim mesmo. Que Deus os abençoe.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

A seguir, são submetidos a discussão e votação, sendo aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.215/2000, do Presidente do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências; 1.223/2000, do Procurador-Geral de Justiça, que reajusta o valor do índice básico dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado e dá outras providências; 1.240/2000, da Mesa da Assembléia Legislativa, que reajusta os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa do Estado. (À Sanção.)

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 9, às 8 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia quatorze de setembro de dois mil, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Anderson Aduato, Presidente; José Braga, 1º-Vice-Presidente; Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, e Gil Pereira, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Presidente distribui matérias para serem relatadas, cabendo ao Deputado José Braga o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a PHD - Pace Hospital Dia Ltda., que tem como objeto a prestação de serviços hospitalares de clínica geral, incluindo exames complementares, em regime de internação, aos integrantes do plano de assistência da Casa; e ao Deputado Dilzon Melo, o processo contendo o Termo Aditivo nº 304/2000, para prorrogação do Contrato nº 190/99, celebrado entre a Assembléia e a Equipotec Assistência Técnica e Capotaria Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Maria Sylvania de Souza Mayrink, tendo como objeto a prestação de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas; o processo oriundo do Convite nº 53/2000, contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e o Posto Antônio Massud Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de abastecimento de combustível para veículos automotores; o processo contendo o balancete e demonstrativos financeiros e contábeis do FUNDHAB relativos ao mês de agosto de 2000; o processo contendo solicitação do servidor Flávio Friche Passos, matrícula 1444/3, de licença para tratar de interesses particulares pelo período de um ano, a partir de 1º/10/2000; o processo contendo o termo de contrato de doação a ser celebrado entre a Assembléia e o Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente da Cabana e Região, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis; processos de natureza administrativa de interesse dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Chico Rafael e Luiz Fernando Faria; o processo contendo o Termo Aditivo nº 310/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e o SEBRAE, tendo como objeto a realização de cursos e treinamento e o aperfeiçoamento profissional de serviços; o processo contendo o Termo Aditivo nº 309/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Carena Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro Forrovid Plafond; e o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Paulolinto Pereira, tendo como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Examinadas as matérias, passa-se à apresentação, à discussão e à votação de pareceres. Com a palavra, o Deputado José Braga relata o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a PHD - Pace Hospital Dia Ltda., que tem como objeto a prestação de serviços hospitalares de clínica geral, incluindo exames complementares, em regime de internação, aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado. Logo após, o Deputado Dilzon Melo manifesta-se sobre as seguintes matérias: processo contendo o Termo Aditivo nº 304/2000, para prorrogação do Contrato nº 190/99, celebrado entre a Assembléia e a Equipotec Assistência Técnica e Capotaria Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Maria Sylvania de Souza Mayrink, tendo como objeto a prestação de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo oriundo do Convite nº 53/2000, contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e o Posto Antônio Massud Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de abastecimento de combustível para veículos automotores - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo o balancete e os demonstrativos financeiros e contábeis do FUNDHAB relativos ao mês de agosto de 2000 - parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13/7/92 - aprovado; processo contendo solicitação do servidor Flávio Friche Passos, matrícula 1444/3, de licença para tratar de interesses particulares pelo período de um ano, a partir de 1º/10/2000 - parecer favorável, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 1983 - aprovado; processo contendo o termo de contrato de doação a ser celebrado entre a Assembléia e o Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente da Cabana e Região, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis - parecer favorável - aprovado; processos de natureza administrativa de interesse dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Chico Rafael e Luiz Fernando Faria - pareceres favoráveis - aprovados; processo contendo o Termo Aditivo nº 310/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e o SEBRAE, tendo como objeto a realização de cursos e treinamento e o aperfeiçoamento profissional de serviços - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo o Termo Aditivo nº 309/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Carena Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro Forrovid Plafond - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; e processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Paulolinto Pereira, tendo como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestação da Área de Consultoria Temática e da Procuradoria-Geral da Casa - aprovado. Na sequência da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria desta Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs 1.733 e 1.915, de 1999. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de setembro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia vinte e nove de setembro de dois mil, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Anderson Aduato, Presidente; José Braga, 1º-Vice-Presidente; Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário; e Gil Pereira, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa aprova as novas estruturas dos gabinetes dos Deputados Sargento Rodrigues e Eduardo Hermeto, por meio das Deliberações da Mesa nºs 1.929 e 1.930/2000, respectivamente. Após, são distribuídas as matérias aos relatores, cabendo ao Deputado José Braga o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Juliana Cardoso Leão, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Clínica Radiológica Fernando Carvalho S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de ultrassonografia, radiodiagnóstico e mamografia aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a SERPAC – Serviço de Patologia Clínica Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de análise e patologia clínica aos integrantes do plano de assistência da Casa; ao Deputado Dilzon Melo, o processo contendo o relatório das aplicações financeiras da Secretaria em bancos oficiais relativo ao mês de julho de 2000; o processo contendo o Termo Aditivo nº 288/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Art Portões Automáticos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em cancelas e portões eletrônicos; o processo contendo o Termo de Aditamento nº 314/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Caixa Econômica Federal, tendo como objeto a cessão do espaço para posto bancário; o processo contendo o Termo de Aditamento nº 315/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e o Banco do Brasil, tendo como objeto a cessão do espaço para posto bancário; o processo contendo o termo de contrato de doação a ser celebrado entre a Assembléia e o Centro Comunitário do Bairro Beatriz, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis; o processo contendo o termo de contrato de doação a ser celebrado entre a Assembléia e a Associação Assistência Social Bom Jesus do Monte, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis; o processo contendo o Termo de Aditamento nº 312/2000 ao convênio celebrado entre a Assembléia e a Sociedade Mineira de Cultura, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação entre as partes visando à oferta do curso de especialização em Poder Legislativo; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Consultoria e Treinamento de Segurança Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria de segurança em comunicação, informações e instalações. Em seguida, passa-se à parte da reunião reservada à apresentação, à discussão e à votação de pareceres. O Deputado José Braga pede a palavra para relatar os seguintes processos: o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Juliana Cardoso Leão, tendo como objeto a prestação de assistência odontológica aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Clínica Radiológica Fernando Carvalho S.C. Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de ultrassonografia, radiodiagnóstico e mamografia aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a empresa Serviços Médicos S.C. Ltda. (IMOL – Instituto Mineiro de Olhos), tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de oftalmologia aos integrantes do plano de assistência da Casa; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a SERPAC – Serviço de Patologia Clínica Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de análise e patologia clínica aos integrantes do plano de assistência da Casa – pareceres favoráveis, todos com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando as respectivas despesas – aprovados. Ato contínuo, o Deputado Dilzon Melo apresenta o parecer que emitiu sobre as matérias a ele distribuídas, quais sejam o processo contendo o relatório das aplicações financeiras da Secretaria em bancos oficiais relativo ao mês de julho de 2000 – parecer favorável - aprovado; o processo contendo o Termo Aditivo nº 288/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Art Portões Automáticos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em cancelas e portões eletrônicos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa – aprovado; os processos contendo o Termo de Aditamento nº 314/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e a Caixa Econômica Federal, e o Termo de Aditamento nº 315/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e o Banco do Brasil, ambos tendo como objeto a cessão do espaço para posto bancário – pareceres favoráveis - aprovados; os processos contendo o termo de contrato de doação a ser celebrado entre a Assembléia e o Centro Comunitário do Bairro Beatriz e o termo de contrato de doação a ser celebrado entre a Assembléia e a Associação Assistência Social Bom Jesus do Monte, ambos tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis – pareceres favoráveis - aprovados; o processo contendo o Termo de Aditamento nº 312/2000 ao convênio celebrado entre a Assembléia e a Sociedade Mineira de Cultura, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação entre as partes visando à oferta do curso de especialização em Poder Legislativo – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa – aprovado; o processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Consultoria e Treinamento de Segurança Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria de segurança em comunicação, informações e instalações – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestação da Coordenação de Orientação e Segurança e da Procuradoria-Geral da Casa - aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria desta Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs 1.591, 1.746, 1.817, de 1999, 1.882, 1.887, 1.896, 1.897, 1.899, 1.902, 1.903, 1.915, 1.917, 1.921, 1.929 e 1.930, de 2000. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando, a partir de 2/10/2000, Jaqueline Ribeiro Amorim do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, 8 horas; Miriam Davite Silva do cargo de Assistente de Gabinete I, 8 horas; Aline Diório Mayrink do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, 8 horas; Éliada Cristina Fernandes de Souza Santos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, 8 horas; nomeando Aline Diório Mayrink para o cargo de Secretário de Gabinete II, 8 horas; nomeando Éliada Cristina Fernandes de Souza Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, 8 horas; nomeando Maria Aparecida Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Edson Pereira de Almeida para o cargo de Secretário de Gabinete I, 8 horas; concedendo licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º/10/2000, ao servidor Flávio Friche Passos, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de outubro de 2000.

Anderson Aduato, Presidente – José Braga – Durval Ângelo – Dilzon Melo – Gil Pereira.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às onze horas do dia cinco de outubro de dois mil, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Anderson Aduato, Presidente; José Braga, 1º-Vice-Presidente; Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário; e Gil Pereira, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa apresenta projeto de lei de reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e inativos da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Em seguida, a Mesa decide que somente poderão ser veiculadas no sistema de sonorização ambiental da Assembléia músicas de domínio público, preferencialmente clássicas, considerando ofício recebido do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais - ECAD - e em consonância com o disposto no art. 41 da Lei nº 9.610, de 19/2/98. Isso posto, o Presidente distribui ao Deputado Dilzon Melo os seguintes processos: processo resultante do Convite nº 21/2000 e contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Micro Station Comércio e Assistência Técnica Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de microfilmagem; processo contendo o Termo de Aditamento nº 311/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e Carena Ltda., tendo como objeto o fornecimento de paredes divisórias, armários/balcões, bancadas e acessórios, incluindo serviços de montagem, instalação e desmontagem; processos contendo os Termos de Aditamento nºs 305, 306, 307 e 308/2000, para ampliação do objeto do contrato celebrado entre a Assembléia e Elisio Mendes Lamounier Godofredo, Luiz Henrique Moreira Marinho, Marcus Caporali de Oliveira e Ariza e Moura Ortodontia Ltda., respectivamente, todos tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica aos integrantes do plano de assistência da Casa; processo contendo o Termo de Aditamento nº 316/2000, para a primeira prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e Dimas Melo Pimenta S.A. – Indústria de Relógios, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 10 relógios de ponto; processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Marcos Antônio Rocha, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria à Presidência e à Mesa da Assembléia; processo de natureza administrativa de interesse do ex-Deputado José Renato Novais. O Presidente distribui, ainda, ao Deputado Dilzon Melo os Requerimentos nºs 1.517/2000, do Deputado Irani Barbosa; 1.532/2000, do Deputado Miguel Martini; 1.535 e 1.563/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.571/2000, do Deputado Sargento Rodrigues. Ainda nesta parte da reunião é encaminhado ao Procurador-Geral da Casa, para que emita parecer, requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita sejam tomadas as providências necessárias para que a indicação do novo Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais seja aprovada pelo Plenário da Assembléia. Examinadas as matérias, o Deputado Dilzon Melo apresenta os pareceres que emitiu, para discussão e votação, conforme relacionados a seguir: processo resultante do Convite nº 21/2000 e contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Micro Station Comércio e Assistência Técnica Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de microfilmagem – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento nº 311/2000 ao contrato celebrado entre a Assembléia e Carena Ltda., tendo como objeto o fornecimento de paredes divisórias, armários/balcões, bancadas e acessórios, incluindo serviços de montagem, instalação e desmontagem – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; os processos contendo os Termos de Aditamento nºs 305, 306, 307 e 308/2000, para ampliação do objeto do contrato celebrado entre a Assembléia e Elisio Mendes Lamounier Godofredo, Luiz Henrique Moreira Marinho, Marcus Caporali de Oliveira e Ariza e Moura Ortodontia Ltda., respectivamente, todos tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica aos integrantes do plano de assistência da Casa – pareceres favoráveis, autorizando as respectivas despesas - aprovados; processo contendo o Termo de Aditamento nº 316/2000, para a primeira prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e Dimas Melo Pimenta S.A. – Indústria de Relógios, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 10 relógios de ponto – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e Marcos Antônio Rocha, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria à Presidência e à Mesa da Assembléia – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 24, II, da Lei nº 9.444, de 1987, c/c o art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo de natureza administrativa de interesse do ex-Deputado José Renato Novais – parecer favorável – aprovado; Requerimento nº 1.517/2000, do Deputado Irani Barbosa – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado; Requerimento nº 1.532/2000, do Deputado Miguel Martini – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado; Requerimento nº 1.535/2000, da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela aprovação - aprovado; Requerimento nº 1.563/2000, da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição – aprovado; e Requerimento nº 1.571/2000, do Deputado Sargento Rodrigues – parecer pela aprovação - aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-

Parlamentar da Secretaria desta Assembléa, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs 1.591, 1.603, 1.746, 1.775, 1.799, 1.831, de 1999, e 1.840, 1.863, 1.882, 1.883, 1.899, 1.904, 1.929, de 2000. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando, a partir de 16/10/2000, Christiane Renée Coelho da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Fanchele Ferreira Barra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, 8 horas; exonerando Ubiraci José Xavier do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Governo; nomeando Guilherme Bessa Neto para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Governo; Sheila Haddad Abjaud para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Ronaldo Canabrava, Vice-Líder do Governo; dispensando, a pedido, a partir de 9/10/2000, Cecília Zeh Fiúza, detentora de função pública correspondente a Agente de Execução, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléa; dispensando, a pedido, a partir de 24/7/2000, Shelmer José Queiroga Filho, detentor de função pública correspondente a Agente de Execução, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléa. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 24 de outubro de 2000.

Anderson Adatao, Presidente – José Braga – Durval Ângelo – Dilzon Melo – Gil Pereira.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 52ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 21/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 48ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 11 horas do dia 21/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o estágio atual do Programa de Prevenção do Câncer de Mama no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 49ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 21/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléa:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 924/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.048/2000, do Deputado Hely Tarquínio; 1.061/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.096/2000, do Deputado Anderson Adatao; 1.113/2000, do Deputado Djalma Diniz; 1.121/2000, do Deputado Durval Ângelo; 1.122/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.168/2000, do Deputado Eduardo Brandão; 1.177/2000, do Deputado Dilzon Melo; 1.190/2000, do Deputado Rêmolô Aloise; 1.201/2000, do Deputado Adelino de Carvalho; 1.206/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 42ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 21/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléa:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.197/2000, do Governador do Estado; 894/2000, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléa:

Requerimento nº 1.733/2000, do Deputado Chico Rafael.

Finalidade: apreciar matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 57ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 22/11/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a ação fiscalizadora da ANATEL junto às rádios comunitárias e a outorga de novas concessões, pelo Governo Federal, para o funcionamento dos referidos veículos de comunicação.

Convidados: Srs. Paulo Menicucci, Secretário de Radiofusão; Fernando Antônio França Pádua, Gerente da regional da ANATEL-MG; Roberto Flávio Cardoso, Gerente de Fiscalização Direta da ANATEL-MG; Domingos de Souza Nogueira Neto, advogado do Movimento Sindical Popular; João Evangelista Rodrigues, Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas; Daniel Antônio dos Santos, Coordenador Estadual de Comunicação Comunitária; Mariley Rocha de Oliveira, Federação Estadual do Movimento de Minas Gerais - União Mineira das Associações de Comunicação comunitária; Alan Vinicius Jorge, Coordenador Estadual da ABRAÇO; Osvaldina de Souza Silva, Coordenadora do Projeto de Comunicação da Rádio Comunitária do Bairro Santa Mônica; João Tavares, Assessor de Comunicação do Sr. Tilden Santiago, Deputado Federal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cristiano Canêdo, Eduardo Brandão, Miguel Martini e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator da matéria no 1º turno.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2000.

Bené Guedes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amílcar Martins, Agostinho Silveira, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2000, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Mauro Santos Ferreira, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral; Marcos Pestana, Chefe de Gabinete do Ministro das Telecomunicações; Fernando Pimentel, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e José Antônio da Cruz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Estado de Minas Gerais - SITICOP -, que irão discutir o tema "Obras Públicas: Perspectivas de Desenvolvimento com Geração de Emprego e Renda em Minas Gerais".

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2000.

Ivo José, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2000, às 14h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 984 e 1.212/2000; Requerimentos nºs 1.734, 1.741 e 1.742/2000, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, 1.736/2000, da Deputada Elbe Brandão e 1.743/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2000.

Arlen Santiago, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Taxas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Cunha, Miguel Martini, Ambrósio Pinto e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, com representantes do Conselho Regional de Contabilidade e do SEBRAE, sobre a legislação mineira referente à cobrança de taxas e propor medidas visando a sua reformulação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2000.

Paulo Piau, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Adelmo Carneiro Leão, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2000, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem os dispositivos do Projeto de Lei nº 1.266/2000, do Governador do Estado, que trata da criação da Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2000.

Elbe Brandão, Presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 17/11/2000, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Abelardo Teixeira Nunes, Procurador-Geral de Justiça do Estado, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.702/2000, da Comissão de Direitos Humanos (providências quanto a morte ocorrida na cadeia pública de Jequitinhonha), as medidas tomadas em relação ao caso.

Do Sr. Frederico Penido de Alvarenga, Secretário de Administração, comunicando, em atenção ao requerimento da Comissão de Justiça encaminhado por meio do Ofício nº 1.087/2000/DLE (doação de imóvel ao Município de Nova Serrana), que o assunto foi encaminhado à Secretaria da Casa Civil e à Procuradoria-Geral do Estado. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 969/2000.)

Do Sr. Mauro Santos Ferreira, Secretário do Planejamento, comunicando, em atenção a requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira encaminhado por meio do Ofício nº 2.071/2000/DLE (indicação de recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares), que estão sendo feitos estudos para analisar a possibilidade de abertura de créditos. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.236/2000.)

Do Sr. Itamar dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Ubá, solicitando sejam tomadas providências com vistas a se cobrar da COPASA-MG, o fornecimento de comprovante da quantidade de água consumida pelos cidadãos. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Cel.PM José Antoninho de Oliveira, Chefe do Estado-Maior da PMMG, em atenção ao Requerimento nº 82/99, da Comissão de Direitos Humanos (providências quanto a prisão e espancamento do Sr. Adilson Silva por policiais militares), comunicando as medidas tomadas em relação ao caso.

Do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da CEF, notificando as liberações de recursos financeiros destinados à COPASA-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Eloy Alves Filho, Superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais, encaminhando cópia de termo aditivo a convênio firmado entre esse órgão e o DETEL-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Maria do Rosário Caiafa Farias, Ouvidora da Polícia do Estado, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.672/2000, da Comissão de Direitos Humanos, que, após apuração das Polícias Civil e Militar, comprovou-se a improcedência das reclamações feitas pelo Sr. Gilberto Rocha Ferreira.

Do Sr. José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, relativos ao Projeto Roda Moinho. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Dos Srs. Kleister Souza da Cruz e outros, serventuários da justiça da Comarca de Santa Rita de Caldas; Fernando Passos e outros, servidores do Tribunal de Justiça do Estado em Manga; Alex Sandro de Souza Reis e outros, membros do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais (Comarca de Mariana), manifestando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.215/2000, relativo a reajuste salarial. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.215/2000.)

Do Sr. José Calvet, Defensor Público, manifestando-se pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.266/2000 e defendendo a manutenção da Defensoria Pública do Estado. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.266/2000.)

Do Sr. Expedito José de Oliveira, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais - SINDPÚBLICOS -, solicitando a realização de audiência pública para se discutir a Lei nº 13.720, de 27/7/2000, que trata da transferência dos presos da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Elizabeth de Senna Valle, da Secretaria de Informática do TRE-MG, em atendimento ao Ofício nº 1.995/2000/DLE, encaminhando lista dos Vereadores mineiros eleitos em 2000 e comunicando a impossibilidade de o órgão fornecer o endereço destes.

Da Comissão de Funcionários da Secretaria de Indústria e Comércio, solicitando o apoio deste Poder para que não se concretize a extinção da mencionada Pasta, a qual, conforme noticiado pela imprensa, consta no projeto da reforma administrativa do Estado. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.266/2000.)

Do Sr. Lindouro Alfredo Dornelas, Presidente da OAB - Seccional Arcos, solicitando o empenho deste Poder para que seja aprovada a Emenda nº 150 ao Projeto de Lei Complementar nº 17/99. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 17/99.)

Do Sr. Arnaldo Santos Júnior, Presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Uberaba, solicitando deste Legislativo envie esforços para que a Lei nº 13.439/99 seja reformulada. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Francisco Custódio Neto, encaminhando sugestões com vistas à melhoria da qualidade do ensino público. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. José Carlos Pires, solicitando cópia da Lei nº 9.532, de 1987.

Da Sra. Verusca de Fátima Santos, Secretária da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana, comunicando o novo endereço da instituição.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

190ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/11/2000

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, imprensa, no próximo dia 17, o Sul de Minas vai parar, para protestar contra a falta de segurança na BR-459, que, lamentavelmente, após longos anos de abandono, vem se tornando um acesso perigoso, representando verdadeira via de calamidade pública.

O movimento, previsto para ocorrer no trecho entre os municípios de Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, conta com o nosso total apoio, pois representa a voz desesperada de uma região que luta para preservar a vida dos usuários dos mais de 37 mil veículos que trafegam diariamente por ela. Podemos afirmar que as ações de ressarcimento por acidentes, prejuízos e danos causados superarão muito os valores necessários à sua total recuperação.

No último dia 27, tivemos a oportunidade de participar de uma primeira manifestação, promovida pela Agência para o Desenvolvimento Integrado do Sul de Minas – ADISMIG -, quando representantes de diversos segmentos da região esboçaram indignação perante a falta de iniciativa do Governo Federal para solucionar definitivamente a questão. Infelizmente, foi um movimento localizado. Devemos lutar por toda a extensão da BR-459.

Como parlamentar, não estamos medindo esforços para exigir do Governo Federal a imediata reestruturação dessa rodovia. De acordo com estudos técnicos, não basta apenas realizar a pavimentação asfáltica da pista, é preciso realizar uma obra mais detalhada em todo o seu trajeto, que inclui, entre outros pontos, a recuperação dos acostamentos e a reformulação de algumas curvas que demonstram um projeto ultrapassado para os padrões atuais.

Apesar da nossa luta, o DNER informou que está elaborando um novo projeto para a rodovia, que ficará pronto apenas em 2001. Seguindo os trâmites legais, que inclui o processo de licitação e o prazo legal para a execução, a obra deverá ser realizada apenas em 2002. Até lá, como ficam a vida dos usuários e os muitos investimentos previstos para a região?

A dimensão dos trabalhos desenvolvidos pelas empresas Sisvoo, Helibrás, Alcoa-AFL do Brasil, Stabilus, Fania, Ômega, Cabelauto & Cabelt, Imbel, Higident do Brasil e tantas outras em Santa Rita e Pouso Alegre é um bom motivo para que as autoridades competentes comecem a vislumbrar uma opção capaz de resolver definitivamente os problemas causados pela má conservação da BR-459.

Os anseios dos municípios mineiros e paulistas, localizados na BR-459, entre Lorena, SP, e Poços de Caldas, pontos de união dos mais importantes Estados brasileiros e de duas rodovias federais de grande circulação, Via Dutra e Fernão Dias, não podem ser desprezados.

O Pólo de Tecnologia da Informação e de Telecomunicações de Minas Gerais, na região do Alto do Sapucaí, que tem como "capital" Itajubá, estabelecida a partir do projeto Itajubá Tecnópolis, vem se destacando, em nível nacional, como fonte promissora de desenvolvimento de toda a região Sul de Minas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Agradeço, ilustre Deputado Ambrósio Pinto. Também faço coro com as manifestações de V. Exa. Como eu, V. Exa. também é do Sul de Minas. Há muito tempo somos companheiros de primeira hora. Desde o ano passado, estamos nessa empreitada à da BR-459, com movimento nascido na sua querida terra Itajubá. Fizemos sucessivas reuniões em toda a malha viária da BR-459.

Recentemente, como V. Exa., também tive o prazer de participar do movimento na Fernão Dias. V. Exa. muito bem expôs a questão. Não podemos verificar um fato isolado. Temos de unir forças, principalmente junto ao Governo Federal, pelo recapeamento e pela duplicação da BR-459. Diga-se de passagem, nobre Deputado, que V. Exa. assim como eu, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Deputado Bilac Pinto, o Deputado Chico Rafael, está há muito tempo nessa luta. Hoje, a formatação da ADISMIG de Poços de Caldas, sem sombra de dúvida, engrossa a fileira para que sensibilizemos o Governo Federal. V. Exa. abordou para o dia 17 a possibilidade de uma nova paralisação no Sul de Minas. Acredito, ilustre Deputado Ambrósio Pinto, que, com esse movimento que estamos fazendo, com esses pleitos que fazemos por meio dos nossos gabinetes e dos Prefeitos que representam os municípios desse corredor viário, que o Governo Federal, antes mesmo dessa data, tomará alguma iniciativa. Há poucos dias, estive com o Diretor do DNER, Dr. José Hélcio, que assumiu o compromisso, juntamente com os Prefeitos da nossa região, de uma recuperação rápida da rodovia.

O pronunciamento que V. Exa. faz é de muita profundidade. Já não temos como suportar essa situação. Parabéns, Deputado Ambrósio Pinto. Essa é uma reflexão que nós, Deputados sul-mineiros, temos a obrigação de fazer, para buscar uma solução rápida e emergente, do mesmo tamanho do desenvolvimento da sua querida Itajubá. Estamos aqui para buscar esse trabalho junto ao Governo Federal. Parabéns a V. Exa.!

O Deputado Ambrósio Pinto - Criar ali o Vale do Silício mineiro é um desafio que todos nós, representantes legítimos dos interesses do Sul, de braços dados com a população, devemos estabelecer como meta prioritária, pois acreditamos que proporcionar àquela região infra-estrutura adequada para que possa competir, em igualdade de condições, com outros centros de excelência do setor representa grande passo no sentido de se promover um novo ciclo de desenvolvimento regional.

Contudo, o despertar do Vale do Silício mineiro vai depender da capacidade de integração das cidades incluídas na Rota Tecnológica 459 com a cidade de Campinas, em São Paulo, que vem se transformando num dos maiores pólos do setor no País, concentrando um número grande de empresas das áreas de informática, telecomunicações e eletrônica.

A importância da mobilização dos poderes públicos e da sociedade organizada, no sentido de promover medidas eficazes visando resolver definitivamente a questão será de fundamental importância para fornecer à região onde se concentra 43% de toda a economia do Estado, melhores condições para um desenvolvimento integrado, devidamente organizado.

Apenas as autoridades constituídas ainda não perceberam a importância dessa obra no nosso Sul de Minas, não só para Minas Gerais, como também para a economia do nosso País. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Policiais Civis presentes, pessoas que nos visitam, imprensa, a Polícia Civil está de luto. Ocupo hoje esta tribuna, consternada, para, num sentido lamento, apresentar as nossas condolências à família do detetive Silvío Batista Ferreira, homem de paz, advogado, cristão e participante ativo dos movimentos da Igreja Católica, teve sua maior atuação como policial no DETRAN; era irmão de mais quatro policiais civis.

Esse policial, aos 30 minutos do dia 2 próximo passado, foi vítima de uma das ações mais intempestivas, cruéis e bárbaras de agentes da Polícia Militar que ocupavam a viatura 5243, comandada pelo Sargento Altair Nepomuceno e sua guarnição. Esses policiais militares, no Bairro Jardim América, abordaram Júlio César e Cláudio, amigos de Silvío, e após identificá-los começaram a agredir Júlio César, que naquele dia comemorava o seu aniversário. Júlio, de apenas 21 anos de idade, afilhado do detetive Silvío, gritou por sua presença e quando Silvío, que estava no interior da casa, chegou e se identificou como policial civil, foi logo ameaçado de morte por um dos componentes da guarnição, que disse que lhe daria um tiro na cara. Só que não ficou só na ameaça. Em seguida, desferiram-lhe uma pancada e coronhadas de arma pesada, de grosso calibre, causando à vítima grave fratura craniana.

Já caído e ferido mortalmente, agonizando, o detetive Silvío recebeu chutes e pontapés daqueles policiais que estavam à sua volta, com armas de grosso calibre, armas de guerra, e com ironia não atenderam ao apelo desesperado da irmã de Silvío, que implorava para que tentassem salvá-lo, levando-o para o hospital.

Nem isso estes homens que fazem e representam o policiamento ostensivo foram capazes de fazer. Silvío só foi socorrido, tempos depois, com a chegada de seu irmão, o Inspetor de Polícia Celso Batista Ferreira, meu dileto e fraterno amigo, que levou a vítima para o hospital, tendo sido internada no CTI do Hospital da Previdência.

Horas após, já se tinha conhecimento do prognóstico da morte cerebral de Silvio, quando a família, com a bondade que lhe é peculiar, apesar da imensa dor, colocou os órgãos do policial para doação.

Apesar de terem matado Silvio como se abate um animal, a ocorrência foi registrada da forma que os agressores quiseram fazê-la, não espelhando a realidade dos fatos se cotejado com o relato das testemunhas, que eram muitas, pois ali ocorria uma festa.

Essa foi uma tragédia, entre tantas outras, fruto de desentendimentos e agressões de policiais militares contra policiais civis. Está ainda vivo em nossa memória o assassinato da Detetive Marília por policiais militares. Vejamos mais alguns casos:

- a) Há alguns dias, a Perita e Examinadora Norma de Fátima Januzzi Bernardes foi agredida, humilhada e algemada, em Araxá.
- b) No dia 18/10, o Escrivão Wander Augusto dos Santos, na cidade de Passos, quando retornava da Faculdade, foi agredido por policiais militares, que lhe arrebatarem a arma.
- c) No dia 22 de agosto, a perita Carla Adriane Faragio Miranda, quando se dirigia ao DETRAN para emplacar seu carro, cujas placas foram furtadas, viu-se cercada por seis viaturas da Polícia Militar com inúmeros policiais e, apesar de se identificar como policial civil, foi fisicamente agredida, juntamente com sua irmã Emmanuelle, nas proximidades da Feira dos Produtores, nesta Capital.

Esses são alguns e recentes casos em que policiais civis são vítimas de policiais militares. A população em geral tem sofrido esse tipo de tratamento por alguns policiais militares, e isso já foi noticiado pela imprensa. Vimos até uma assessora de Gabinete desta Casa Legislativa ser agredida por policiais militares a socos no peito, após ter sido submetida a uma cirurgia de troca de válvula no coração. Isso aconteceu em Contagem, no dia 8 de fevereiro, e ninguém sabe ou viu se foram punidos os agressores.

Quero registrar que minha assessoria, da qual com muita honra e competência faz parte o Delegado-Geral Nísio Ribeiro de Carvalho, acompanhou essa funcionária em Contagem, e nada foi feito. Não temos conhecimento da punição desses agressores. Essa assessora ainda não foi chamada para prestar esclarecimento à Justiça.

Esses são apenas os fatos que chegam ao nosso conhecimento, mas quantos outros podem estar ocorrendo, fazendo vítimas no Estado. A Polícia Militar, pasmem, não tem Corregedor. As investigações são realizadas dentro dos próprios quartéis de seus agressores.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputada e colega Elaine Matozinhos, manifesto, em meu nome e, por designação do Vice-Líder, Deputado Adelmo Carneiro Leão, em nome da bancada, solidariedade a toda a família da Polícia Civil por esse acontecimento, que, infelizmente, não é um fato isolado. É lamentável que um cidadão policial civil tenha sofrido esse tipo de agressão, vindo a falecer. Essa atitude animalisca por parte dos policiais militares demonstra uma concepção fechada. Assim sendo, surge a tese da unificação de comando, da desmilitarização da Polícia Militar, para caminharmos no rumo de uma polícia única, de caráter civil, não dentro da ideologia de segurança nacional, como força auxiliar do Exército. Vemos que isso é o desejável, já que possibilitaria a correção dessas distorções. A ideia de termos uma academia única para treinamento, de caráter menos militar e mais civil, é fundamental nesse processo.

Mas, nobre colega, se acontece um fato desses com um policial civil, ficamos a imaginar o que acontece com a maioria dos cidadãos comuns, embora saibamos que a atitude insana dos agressores recrudescerá ao saberem, pelos apelos dos familiares, tratar-se de um policial. É lamentável que isso aconteça. Nisso tudo, vemos um episódio muito triste, nobre colega: o Cel Severo, do Comando da Capital, em momento algum se submeteu ao exercício da dúvida. Em seu primeiro pronunciamento, após o acontecimento, deu a versão mentirosa constante no boletim de ocorrência, afirmando o que lá se encontrava escrito. Esse mesmo Comandante declarou, dias atrás, que seria "olho por olho, dente por dente". Creio que está colocando em prática suas palavras anteriores. Sem se pensar no afastamento de um Comandante tão despreparado, não teremos paz entre as Polícias Militar e Civil e continuaremos mantendo esse abismo com a própria sociedade. Nossa solidariedade, total e nosso irrestrito apoio a V. Exa. e à família do policial vitimado.

A Deputada Elaine Matozinhos - Obrigada, nobre Deputado Durval Ângelo. Ressalto, complementando sua fala, que esse filme, dizendo que caiu e bateu com a cabeça no meio-fio, já estamos cansados de ver, pois o assistimos, durante 25 anos, ao longo de nossa história como Delegada de Polícia. Esse tipo de argumento é inaceitável.

Neste momento, esta Casa está decidindo a unificação de comando para a segurança pública em Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000, de minha autoria e dos Deputados Sargento Rodrigues, Cabo Morais e João Paulo. Sabemos da resistência do Comando e dos oficiais da PM com referência a essa proposta de emenda à Constituição.

Recebemos do Sr. Domingos Sávio de Mendonça, Major PM e Presidente da Associação dos Oficiais da PM, expediente em que nos informa que a proposta de emenda à Constituição está sendo interpretada como subordinação da Polícia Militar à Polícia Civil, sugere a extinção da Secretaria da Segurança Pública e a criação da Secretaria de Defesa Social, estabelecendo-se que esse Secretário seja o Vice-Governador do Estado.

Nunca poderíamos pensar numa proposta de tamanho retrocesso. Qual tempo teria o Sr. Vice-Governador para comandar a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros? O Vice-Governador atual ou os que virão estariam dispostos a tamanho desafio? Teriam perfil para isso?

Mas vê-se, até por este documento, a avidez de poder de alguns comandantes da Polícia Militar, que querem separar-nos, sim, Deputado Sargento Rodrigues e Deputado Cabo Morais, para que fiquemos cada vez mais distanciados uns dos outros, de preferência subordinados a um Vice-Governador que nunca teve tempo sequer para reunir o Conselho de Defesa Social, pois assim estaremos cada um buscando seu poder de comando isoladamente.

Uma instituição que hoje não tem sequer uma Corregedoria, como a Polícia Militar, para apurar as infrações cometidas por seus integrantes, por certo se sentirá muito humilhada se submetida a uma política única de segurança pública, coordenada por um Secretário escolhido pelo Sr. Governador.

Estamos vendo nossos policiais serem assassinados por bandidos, apenas por serem policiais. Vimos recentemente a morte do perito Sebastião Hércio da Silva, apenas de 42 anos de idade; mas entendemos que ver policial matando policial é a total desintegração das instituições, que pode levar a conseqüências muito sérias.

Queremos e desejamos trabalho integrado e harmônico para dar segurança a nossa sociedade, mas a Polícia Civil espera a apuração rigorosa dos fatos mencionados, como já determinou o Sr. Governador do Estado.

Quero, neste momento, reafirmar, com os nossos companheiros do Sindicato dos Policiais Civis, o compromisso de estar pessoalmente, na qualidade de Delegada-Geral de Polícia, de advogada, de Deputada Estadual, cidadã e amiga da família enlutada, junto com a assessoria jurídica do meu gabinete, acompanhando, de perto, o desenrolar das investigações. Apoiamos também as ações judiciais que serão intentadas por essa entidade, conforme já noticiado pela imprensa, por ser de justiça.

Esse homicídio doloso tem de ser apurado pela Divisão de Crimes Contra a Vida, e tem de ser encaminhado o inquérito à justiça comum. Houve, por parte dos autores, a vontade deliberada de matar, como já tinham ameaçado.

Srs. Deputados, com esse lamento, quero mostrar a V. Exas. a necessidade de construirmos o caminho para uma verdadeira política de segurança pública, com ações integradas, eficientes e respeitadas. É chegada a hora de deixarmos as palavras e agirmos.

Queremos aqui, neste momento, dizer também da constante e indevida invasão da Polícia Militar no trabalho da Polícia Civil. Polícia Militar é para fazer policiamento preventivo, ostensivo, fardado. Polícia Civil é para fazer polícia judiciária, investigações, através do inquérito policial. Vi, ao longo dos meus 25 anos como Delegada de Polícia, policiais militares prendendo, interrogando, levando para os quartéis, fotografando, para depois levar o acusado de prática de crime à presença da autoridade policial, que é o Delegado de

Polícia. Exorbitam de suas funções, atropelam a Constituição e, muitas vezes, atrapalham as nossas investigações, prejudicam o inquérito policial e, por consequência, o processo criminal.

Como Deputada, que aqui representa o povo mineiro, e como Delegada-Geral de Polícia, quero dizer ao Sr. Governador que, com a devida urgência, aguardamos posições firmes para pôr fim a todos esses desencontros entre as instituições que fazem a segurança pública em nosso Estado. Que a Polícia Militar se atenha à sua área de atuação institucional e que tenha, no contato com a população e com a Polícia Civil, a urbanidade e o respeito que todos nós merecemos. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público que nos visita, endosso as palavras da Deputada Elaine Matozinhos no que diz respeito à morte do policial civil. A polícia não deve extrapolar as suas ações com relação à prevenção ao crime. Nobre companheira Deputada Elaine Matozinhos, estou muito triste porque, desde quando assumi o mandato nesta Casa, tenho ocupado esta tribuna, incansavelmente, para denunciar a morte dos policiais civis e militares do nosso Estado no combate ao crime. Ficamos preocupados com esses policiais da linha de execução, porque estão sujeitos a isso. Não compactuo com a ação desencadeada pela guarnição da Polícia Militar nesse episódio, em que uma vida foi ceifada. Não concordamos e não aprovamos essa atitude. Esperamos que o desenrolar do inquérito policial militar e do inquérito da Delegacia de Homicídios possa trazer a público a verdade. Então, esse caso será levado à justiça, militar ou comum, de acordo com o entendimento do Ministério Público.

Como disse o Secretário Henrique Hargreaves, no jornal "O Tempo", de hoje, o treinamento dos policiais civis e militares será incrementado nas academias de formação. Segundo ele, a questão que causa a disputa de vaidade entre os policiais das duas corporações é cultural, não vindo, portanto, do comando. Deixo claro ao nosso Secretário Henrique Hargreaves que venho ocupando esta tribuna desde o início da legislatura, pois essa minha preocupação é constante. Durante 15 anos, combati o crime. Sei que o entrosamento e a integração têm de partir da base, porque quem atenderá o cidadão não será o Cel. Mauro Lúcio nem o Secretário da Segurança Pública, Mauro Lopes, que deveria ser o Secretário da Polícia Civil. Se fosse o Secretário da Segurança Pública, teria de chefiar as duas Polícias, de acordo com a proposta que estamos apresentando a este Plenário. O Comandante-Geral da Polícia Militar e o Chefe da Polícia Civil, que é um Delegado de carreira da última graduação, chefiariam a Polícia Civil, coordenados pelo Secretário da Segurança Pública. Essa é a nossa proposta. Fico triste ao saber que esse episódio poderia ter sido evitado. Sou um Deputado da base do Governo, mas não tenho melindre de cobrar do Governador a integração do aparelho policial, que apenas tem dois objetivos: a melhoria da prestação do serviço de segurança pública para a sociedade e a promoção da integração das linhas de execução das duas Polícias. Na história das duas instituições, desconheço que um Delegado Regional tenha tido um atrito com um Comandante Regional de policiamento da região Sul, Norte ou Leste do nosso Estado. Desconheço, também, que o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar tenha tido algum atrito nas ruas. Isso ocorrerá nas bases. Precisamos promover a integração do aparelho policial exatamente nessas bases. Fatos como esse já poderiam ter sido evitados há muito tempo. Não gostaria de ficar fomentando essa discórdia, porque, certamente, isso não levaria a nada. Essas duas Polícias terão de continuar fazendo a segurança pública do nosso Estado. Conto com o apoio desta Casa e com a sensibilidade dos Deputados. A integração do aparelho policial precisa sair, quer o Secretário da Segurança Pública e o Cel. Mauro Lúcio queiram ou não. As duas Polícias poderiam estar traçando, conjuntamente, um planejamento para o combate ao crime. Os policiais da Furtos e Roubos, da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e da Falsificação poderiam estar em contato permanente com a Polícia Militar. Por que isso não ocorre? Não ocorre por causa de vaidade das cúpulas, que ainda não querem uma aproximação com medo de perder alguma coisa, caso isso venha a acontecer. Nós, Deputados, não podemos ficar presos à vontade das cúpulas das Polícias Civil e Militar. Temos de propor a integração do aparelho policial, que deve ser feita inicialmente pela base, que executa a atividade policial, ou seja, quem troca tiros com os marginais são os Soldados, Cabos, Sargentos e Tenentes. Os que estão na linha de execução da Polícia Civil são os Carcereiros, Detetives e Peritos, até os níveis I e II de Delegado. Passou disso, as pessoas que ocupam cargos das Polícias Militar e Civil não vão mais para as ruas, porque estão em nível de gerenciamento ou estratégico.

Disse ao repórter do jornal "O Tempo" que o Governador Itamar Franco pode fazer mil reuniões no Palácio. No entanto, se não promover a integração, nada será resolvido. A integração é necessária, porque a população clama por segurança pública. A Deputada Elaine Matozinhos falou que, às vezes, há superposição por parte da Polícia Militar. Como disse anteriormente, se o Secretário Mauro Lopes e o Cel. Mauro Lúcio colocarem verdadeiramente as cartas na mesa para o Governador, este verá que existe muita coisa para ser mudada. A Polícia Militar não pode fazer investigação, mas faz, na prática. A Polícia Civil faz ronda ostensiva, e não pode. A própria integração acabaria com isso. Não precisamos de duas academias de polícia, precisamos somente de uma, o que significaria mais economia para os cofres públicos. Não precisamos de duas centrais de comunicação, mas de uma, porque é um sacrifício a comunicação entre as duas polícias. A Polícia Militar está nas ruas, durante 24 horas, fazendo rondas. No entanto, se precisar de um prontuário criminal, não irá consegui-lo, porque está em poder da Polícia Civil, que não o fornece. Se estiver dando busca em um cidadão que está com sua cédula de identidade, a Polícia Militar não consegue saber se aquela pessoa possui ou não mandado de prisão, porque essa informação está com a Polícia Civil.

Portanto, as cúpulas das duas polícias devem parar com a vaidade, entendendo que ambas se completam nos respectivos trabalhos. No entanto, é preciso haver integração, mas não da forma como já aconteceu. Por exemplo, vários crimes ocorreram no Anel Rodoviário. O Coronel que comanda o policiamento da Capital e o Superintendente da Polícia Civil se reuniram e foram ao local, realizando uma operação conjunta. Depois que passou o clamor da sociedade, depois que a mídia passou a não divulgar mais as notícias sobre aqueles crimes, as operações conjuntas acabaram. As duas polícias devem fazer operações conjuntas todos os dias. É preciso uma academia única, uma central única de comunicação, um arquivo criminal de acesso comum entre as polícias. Por exemplo, um policial militar está nas ruas patrulhando e aborda um cidadão que fugiu de uma penitenciária de segurança máxima num final de semana. Pede, então, à central de comunicações a vida pregressa daquela pessoa, mas recebe a resposta de que a CEPOL da Polícia Civil não informa. Até quando permitiremos isso? Até quando permitiremos que as duas polícias não se comuniquem? É preciso que o Secretário Henrique Hargreaves e o Governador Itamar Franco, homens de bom-senso, tomem providências. Há resistências? Há. Até quando nós, Deputados, enquanto membros da sociedade, vamos assistir a essa vaidade cultural? Até quando vamos permiti-la? É isso que tenho colocado nesta tribuna, todos os dias. A vaidade continuará a bel-prazer de quem? Do Cel. Mauro Lúcio? Do Alto Comando da Polícia Militar? Do Secretário Mauro Lopes? Não podemos permitir.

O Governador pode muito bem baixar a seguinte resolução: academia única, central de polícia única, corregedoria única das duas polícias. A partir do momento em que os Comandantes de batalhões, de companhias, os Delegados Comandantes de departamentos, de distritos e seccionais passarem a se sentar à mesma mesa, todos os dias, para traçar planejamento de prevenção e combate ao crime, a resposta será outra, será mais eficiente.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, esse debate é extremamente importante. Aproveito a sociedade presente hoje nas galerias e também os telespectadores que estão nos acompanhando. A lógica que V. Exa. constrói é uma lógica da questão dos poderes, ou seja, qual é a necessidade da separação, por quê há a separação de poderes se o fim é único? Temos hoje um grande debate nacional, que é a questão da violência. As polícias civis e militares estão aí para o combate à violência, buscando, na atualidade, a grande questão da prevenção - o trabalho preventivo que deve ser feito na questão da violência, assim como em tantas outras atividades. Para que isso aconteça, V. Exa. tem buscado essa discussão, assim como a Deputada Elaine Matozinhos, como representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil. Mas o fim é único, e hoje a grande discussão é a questão da interação, da interlocução entre os Poderes. Nesse caso, nem é isso, é realmente a fusão para um único objetivo, ou seja, somar esforços num bloco único de combate à violência, com órgãos que têm suas especificidades, mas nem por isso devem estar separados, porque a separação está dando problemas de comunicação, de trabalho conjunto. Na verdade, essa decisão governamental tem que atender ao clamor da sociedade. Quem ganha com a junção das duas polícias? O povo mineiro. É por isso que essas vaidades que V. Exa. levanta não podem sobrepujar a vontade do povo e o interesse da sociedade. Acho extremamente importante esse fato que aconteceu, para levantar novamente essa discussão e nos encaminhar para uma solução o mais depressa possível. Muito obrigado.

O Deputado Cabo Morais (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, gostaríamos de externar nossos lamentos pelo fato ocorrido. Queremos também dizer que, particularmente, este lamento precisa ser revestido de trabalhos positivos, no sentido de buscarmos a integração das ações da Polícia Militar e da Polícia Civil. Gostaria não de fomentar esta guerra política que está se travando em torno desses fatos, mas de trazer à tona fatos relevantes de trabalhos realizados em conjunto pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, que resultaram em grandes operações, com grandes benefícios para a sociedade.

Deputada Elaine Matozinhos, está aqui nossa solidariedade para com a Polícia Civil. Esperamos que os fatos sejam apurados até as últimas consequências, para que aqueles que estiverem envolvidos possam ser punidos dentro daquilo que a lei prevê. Não podemos, de forma alguma, transferir para a Polícia Civil nem para a Polícia Militar essa idéia de separação, de guerra entre as instituições, até porque sabemos que o objetivo maior é a ação conjunta em benefício de toda a sociedade mineira. Sabemos também que as duas polícias têm competência suficiente para isso.

Particularmente, Sargento, gostaria de dizer que, mais uma vez, em apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, vamos continuar fazendo nosso trabalho de base junto aos Deputados desta Casa para que, definitivamente, tenhamos uma formação única, para que esses homens saibam como agir. O limite de competência entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, no fim da linha, realmente é difícil de se prever. Sabemos que a Polícia Militar vem cumprindo seu papel junto à sociedade mineira, ao longo da história. Sabemos que a Polícia Civil também tem esse comportamento. Só não entendemos, até hoje, a resistência, por parte do Governo do Estado, ao não querer unificar essas ações, ao não querer integrar o trabalho, se este tem um objetivo único e maior que é a sociedade mineira. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de encerrar deixando aqui, como já fiz por várias vezes, um apelo ao Governador Itamar Franco. Sabemos que S. Exa. sofre

muita pressão por parte do alto oficialato da Polícia Militar, principalmente do Alto Comando, em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 33. Gostaria de deixar claro para V. Exa. que passei 15 anos na polícia e sei que a integração trará muito mais segurança à população de Minas Gerais e ainda vai acabar com todas essas picuinhas, vaidades e distorções das ações de polícia. É necessário que o aparelho policial seja integrado. Queremos não só a aprovação da proposta de emenda à Constituição, mas academia única, central de polícia única, corregedoria única, acesso a banco de dados e arquivos criminais de forma conjunta e, é lógico, central de comunicações operando conjuntamente, para que possamos ter um planejamento das ações de prevenção e combate ao crime no nosso Estado. Tenho a certeza de que, fazendo isso, o Governador Itamar Franco só terá a ganhar com a segurança pública no nosso Estado. Fica então, mais uma vez, o nosso apelo ao Governador Itamar Franco. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, senhores que prestigiam a nossa reunião, imprensa de Minas, povo mineiro, ontem, dando seqüência a uma programação que fizemos juntamente com os colegas Deputados Estaduais que representam as regiões menos assistidas do nosso Estado - o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri -, estivemos em Brasília, inteirando-nos das medidas iniciais do Governo Federal para efetiva implantação do Projeto Alvorada, que combate a pobreza no País todo, favorecendo principalmente as regiões menos assistidas, que possuem Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média do nosso País. Esse movimento teve início já há algum tempo, por intermédio dos Deputados que representam aquela região.

De maneira especial, quero ressaltar a participação do colega Deputado Márcio Kangussu, que vem tentando, com todas as suas forças, mostrar não a pobreza do Jequitinhonha, mas a falta de assistência naquela região. Iniciamos esse movimento há alguns dias. Esse trabalho culminou com um acordo com o Governo Federal, tendo a participação da bancada de Deputados Federais, para a inclusão dos municípios mineiros que possuem o mesmo índice de desenvolvimento e, em alguns casos, até mesmo inferior ao dos municípios nordestinos. E comemoramos, soltando foguetes, mostrando o valor da vitória, o valor da luta, quando se tem um objetivo.

Fomos a Brasília colher os primeiros resultados, inteirarmo-nos das medidas que Minas está tomando para ter acesso aos recursos. Qual não foi a minha surpresa ao chegar a Brasília e ficar sabendo que os recursos do Projeto Alvorada, que para nós, mineiros, estão no papel, para os Estados nordestinos já começaram a ser liberados neste ano, e, no ano de 2001, todos os municípios dos Estados nordestinos terão ações do Governo Federal para o combate à pobreza, para diminuir as desigualdades regionais e, realmente, ajudar o povo nordestino.

Para Minas, o projeto só vai se iniciar em 2002. Só teremos acesso aos recursos em 2002, à exceção de apenas dois municípios: Lontra e São João da Ponte, no Norte de Minas. Ou seja, os 155 municípios que possuem um Índice de Desenvolvimento Humano ruim ou abaixo da média nacional e, muitas vezes, pior do que muitos municípios nordestinos, só vão ter acesso aos recursos a partir de 2002. E esse projeto é importante porque envolve 12 itens, quais sejam: o Projeto de Alfabetização Solidária, com recursos para Minas, em 2001, na ordem de R\$26.000.000,00, e em 2002, na ordem de R\$35.000.000,00, que atenderão a 300 mil alunos, acabando de vez com o analfabetismo em nosso Estado.

O segundo projeto é o Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental, a educação de jovens e adultos, um projeto para gerar emprego e renda para a juventude, principalmente para aquele jovem que sai da escola, que se esforça para freqüentar os bancos escolares e, às vezes, forma-se no 1º e no 2º graus mas se depara com um desemprego brutal, violento, que tira a sua esperança e a dos seus pais de qualquer perspectiva de crescimento. Em 2001 Minas teria R\$16.000.000,00, e em 2002, R\$25.000.000,00.

O terceiro é o Projeto de Garantia de Renda Mínima, é o Bolsa-Escola, que mantém na escola o jovem pré-adolescente e adolescente com renda abaixo da pobreza. Cada família recebe uma certa quantia para manter seu filho na escola. Teríamos, em 2001, R\$184.000.000,00, e em 2002, R\$160.000.000,00, só para Minas.

O quarto é o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil, da exploração da criança. Esse projeto evitaria que as nossas crianças largassem as escolas para trabalhar nas carvoarias ou vender balas e chicletes nas esquinas dos grandes centros e diminuiria também a prostituição infantil. É triste quando observamos e nos deparamos com a triste realidade: nossas adolescentes estão se prostituindo aos 11 anos de idade, por falta de opção de vida, por falta de condição de ir à escola.

O quinto projeto é aquele que colocaria água em todas as escolas rurais. Quem conhece a triste realidade do Jequitinhonha, do Norte de Minas, é que sentirá na pele a dificuldade por que passaram os Prefeitos, os administradores, quando foram obrigados a aderir ao Programa de Nucleação de Escolas, construir escolas nas partes mais longínquas de seus municípios sem receber a condução, o transporte escolar adequado, arcando com o motorista, com o combustível e obrigando a criança a estudar num processo de nucleação dos mais desorganizados que vi em minha vida. E esse projeto colocaria a água e a energia elétrica, que é o outro projeto que faz parte do Projeto Alvorada, principalmente nas escolas rurais. Recursos, em 2001, de R\$5.000.000,00, e em 2002, de R\$17.000.000,00.

O sexto projeto é o Agente Jovem de Desenvolvimento, que é o atendimento ao jovem entre 15 e 24 anos, para que possa iniciar uma profissão e se preparar para enfrentar empregos, que, cada vez mais, exigem mão-de-obra especializada.

Na área da saúde, o saneamento, que traz a redução da mortalidade infantil, com o abastecimento de água e melhorias sanitárias e esgotos, principalmente nos pequenos centros. Hoje 92% dos municípios do Estado, da região do Norte de Minas, do Jequitinhonha, não possuem rede de esgoto, que corre a céu aberto, submetendo a população a doenças, como aconteceu recentemente em Pedra Azul, onde houve um surto de cólera por haver um esgoto correndo a céu aberto.

O Projeto Saúde da Família é o treinamento dos agentes comunitários de saúde, é um dos principais projetos do Governo Federal e do Governo do Estado. Quero citar um exemplo da importância do projeto: o Município de Manga, no Norte de Minas, com população de 35.000 habitantes, possui cinco equipes de Saúde da Família. As internações hospitalares em Manga caíram em mais de 80%, porque há a presença do médico, do agente de saúde, batendo às portas do cidadão, por mais distante que seja a sua residência, na cidade ou na zona rural. É um projeto que previa R\$192.000.000,00 do Governo Federal e ajuda ao programa do Governo do Estado.

Mais quatro projetos: Agricultura Familiar, o PRONAF ou PRONAFIN, para ajudar o pequeno produtor rural, em 2001, com R\$11.850.000,00. O PRONAGER, com R\$3.684.000,00. A energia das pequenas comunidades rurais, com R\$20.300.000,00, o Núcleo de Apoio à Família, com R\$70.000.000,00, a partir de 2001.

Fiz as contas rapidamente, constatando que é um projeto que foi amplamente divulgado pelo Governo Federal, comunicado aos Prefeitos pelo Governo e por parlamentares federais, perfazendo, na sua totalidade, um volume de R\$681.789.000,00, que é o que Minas estará perdendo, no ano que vem, nesse Projeto Alvorada, que foi divulgado e não vai sair do papel.

Temos que retomar a posição tomada por esta Casa. Aliás, conversando com o Deputado Márcio Kangussu e com outros Deputados dessas regiões, estaremos voltando novamente a Brasília, na quinta-feira, às 15 horas, quando estaremos reunidos com os Deputados Federais que se interessarão por essa ação contrária ao Estado de Minas. Queremos discutir à exaustão esse projeto e, principalmente, formar uma frente parlamentar em defesa das regiões menos assistidas.

Estou falando de um volume de recursos de R\$681.000.000,00. É uma arrecadação bruta do Estado de Minas Gerais de um mês, que entraria no ano que vem, do orçamento federal, a fundo perdido. Nenhum município dessas regiões teria que desembolsar contrapartida. São recursos que, certamente, pela importância dos projetos contidos no Projeto Alvorada, ajudarão a mais de 1.800.000 mineiros que vivem abaixo da linha de pobreza média do País e estão principalmente no Nordeste brasileiro.

Chamo a atenção da sociedade mineira porque, se não tivermos sucesso nessa ação e não conseguirmos sensibilizar as nossas autoridades, os nossos Senadores e Deputados mineiros, e se eles, mais uma vez, abaixarem a cabeça para o Governo Federal e se renderem a essa ação violenta contra o povo mineiro, denunciaremos desta tribuna as omissões que venham a ocorrer no nosso Estado.

Vejo aqui Deputados do vale do Jequitinhonha e quero dizer-lhes que temos a obrigação cívica e até mesmo cristã de entrar de corpo e alma nesse projeto. Gostaria de retornar de Brasília com boas notícias, como retornamos há um mês, comemorando a vitória da inclusão de Minas. Mas não adianta incluir Minas Gerais e deixar isso no papel e assistir, mais uma vez, estarecidos, à vitória dos Estados nordestinos, porque ali têm em mente o dever de cada um, o dever do grupo, o dever do conjunto, de não deixar que o rolo compressor do Governo Federal passe em cima das nossas pretensões.

Essa deve ser a postura de Minas Gerais. Esse tem que ser o papel do povo mineiro, e, se não conseguirmos esse intento, teremos motivos para chorar uma derrota do nosso povo pobre, sem opção, sem oportunidade, como o do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/11/2000, o Sr. Presidente, no uso de suas atribuições, especialmente a contida no art. 79, inciso VI, do Regimento Interno, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 16/11/2000, Sérgio José Barcelos do cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral, padrão S-02, código AL-DAS-2-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando, a partir de 16/11/2000, Luís Antônio Prazeres Lopes do cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral Adjunto, padrão S-03, código AL-DAS-1-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Sérgio José Barcelos para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor-Geral, padrão S-01, código AL-DAS-3-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Luís Antônio Prazeres Lopes para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral, padrão S-02, código AL-DAS-2-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Maurício da Cunha Peixoto para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral Adjunto, padrão S-03, código AL-DAS-1-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 17/11/2000, o Sr. Presidente, no uso de suas atribuições, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, assinou o seguinte ato:

dispensando, a partir de 16/11/2000, Pedro Paulo Dias Ladeira do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor-Geral, padrão S-01, código AL-DAS-3-01.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Procedata Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação contratual com manutenção do preço. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2.127.0001 3132(301).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A. A. A. Dedetização e Insetan Ltda. Objeto: prestação de serviços de dedetização e desratização. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 6 meses a contar de 1º/11/2000. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 3132(301).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clínica de Cirurgia Ambulatorial Dr. Edivaldo Sydney Ruback Sanábio Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 3132(301). Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2000

Objeto: contratação para prestação de serviços de cópias reprográficas, pelo período de 12 meses.

Em 16/11/2000, tendo em vista requerimento da área solicitante, fica desmarcada a reunião de abertura dos envelopes da tomada de preços em epígrafe (inicialmente marcada para o dia 21/11/2000 às 10 horas).

CONCORRÊNCIA Nº 4/2000

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 20/12/2000, às 10 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Área de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Concorrência n.º 4/2000, destinada à contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para prestação de serviços de reportagem, locução, produção, edição, direção e operação dos sistemas de áudio e vídeo da Área de Rádio e Televisão da ALEMG.

O edital poderá ser adquirido, no endereço acima, mediante pagamento da importância não reembolsável de R\$8,80.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2000.

Sérgio José Barcelos, Diretor-Geral.

ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 1.276/2000

Na publicação do projeto em epígrafe, verificada na edição de 17/11/2000, na pág. 15, col. 4, no despacho ao projeto, onde se lê:

"e de Fiscalização Financeira", leia-se:

"e de Transporte".